

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO – FND
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

O PODER, A SOCIEDADE, O SUPREMO E A DEMOCRACIA

GUILHERME BUECHEM MIRANDA DA SILVA

RIO DE JANEIRO

Novembro de 2018

GUILHERME BUECHEM MIRANDA DA SILVA
ACADÊMICO

Prof. ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN
ORIENTADOR

Rio de Janeiro, Novembro de 2018

Silva, Guilherme Buechem Miranda,
O Poder a Sociedade, o Supremo e a Democracia/Guilherme Buechem Miranda da
Silva.

XX f. : 31cm

Orientadora: Ana Paula Barbosa-Fohrmann

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Curso de Direito, 2018.

1. Prefácio
2. Resumo
3. Introdução
4. Humano, demasiado humano: Qual é o valor do outro?
5. A Queda
6. Conclusão

CDD XXXXXXXXXXXXX

GUILHERME BUECHEM MIRANDA DA SILVA

O Poder a Sociedade, o Supremo e a Democracia

Monografia apresentada à Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área de Direito Constitucional, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Ana Paula Barbosa Fohrmann

RESUMO

O Brasileiro não compreende liberdade, falta-nos capacidade de dividir para somar. Uma severa crise financeira sufoca a população oprimida pelo poder político corrupto, violência explode, o Estado é percebido como inimigo. O sistema dominou o mundo da vida, o consenso é de iluminados, tudo é insegurança, o brasileiro não confia em ninguém. Na desordem, mostraram os contratualistas, há maior aceitação de tiranias, nossa democracia corre riscos. O grande opositor é o próprio cidadão, não o Estado, atitudes dos políticos refletem a práxis da sociedade psicopata, mostra o cotidiano. Só uma revolução intelectual disponibilizará cidadãos capazes de consensos produtivos, líderes competentes e justos na execução dos planos e reverter a acelerada desintegração do tecido social. A ciência apoia no diagnóstico, mostra tendência à piora por pressões naturais, como o nível de consciência geral e regras sociais imperantes manterão o foco do brasileiro na burla de leis. Normas mais rígidas só estimularão a inovação nos métodos de contorno. A mesma ciência também aponta à viabilidade de saídas pela participação, não abstenção. Porém o ajuste inicial dos controles e regras de funcionamento do Estado é indispensável, levar em conta a condição humana dos agentes públicos, os poderes precisam de limites e inclusão.

Palavras-chave Crise; Politização; Supremo; Nomeação; Mandato; Empatia

SUMÁRIO

Resumo	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	17
1.1 Problemas crescentes	17
1.2 País desigual.....;	23
1.3 Garantismo da inoperância e da corrupção.....	25
CAPÍTULO 2 – Empatia zero, a psicopatia social brasileira	29
2.1 Política: Reflexo da práxis social.....	29
2.2 O homem no centro do problema.....	33
2.3 Crise de confiança.....	39
CAPÍTULO 3 A justiça	46
3.1 O Supremo é pop.....	46
3.2 Política Suprema.....	49
3.3 Supremo privado.....	54
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

No dia 2 de dezembro de 2012, a Folha de SP publicou a entrevista da jornalista política, Mônica Bergamo, com ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, em que o ministro contou ao periódico detalhes dos bastidores da sua campanha à cadeira do STF. Revelou ter pedido espaços nas agendas dos indivíduos mais controversos da república, como Paulo Maluf, Cândido Vaccarezza, João Paulo Cunha, José Sarney, entre outros, de quem buscava apoio. Trouxe à luz o fato de que são exatamente os potenciais réus do Tribunal, inclusive com ações em curso, que influenciam decisivamente na lista dos nomes indicados. Isso trouxe uma analogia livre à mente: O que seria do país se o Fernandinho Beira-Mar pudesse ser julgado por um universo limitado a 11 juízes, que ele mesmo tivesse o poder de escolher?

Mirando o passado em perspectiva, essa era apenas a ponta do iceberg que romperia o casco da credibilidade do STF, anabolizada após sua firme atuação contra a corrupção durante o julgamento da ação penal 470, vulgo Mensalão. As duras e sucessivas discussões ácidas travadas entre ministros no plenário do Supremo reforçaram as desconfianças iniciais ao trazer mais um questionamento básico: se os próprios ministros, que vivem o dia-a-dia da corte, desqualificam uns aos outros, deve haver fundamentos para isso, ou seriam demonstrações de extrema irresponsabilidade dos magistrados. Então, como nós, que não estamos no dia-a-dia do tribunal, podemos discordar dos maiores conhecedores da causa? Foram brigas históricas, feitos lamentáveis, como Marco Aurélio dizendo que, se estivesse na idade média, desafiaria Joaquim Barbosa a um duelo. Ou quando este sugeriu que Gilmar Mendes, cercado de capangas, envergonha o Judiciário, e que Lewandowski seja leniente com criminosos do colarinho Branco e que Barroso seja um mero agente petista que reproduz o discurso partidário no pleno do STF. Barroso foi feito ministro pelas mãos da ex-presidente Dilma em pleno julgamento dos recursos do mensalão, mudou a correlação de forças na corte e irritou Barbosa por contribuir decisivamente com o alívio da pena de José Dirceu com seus votos, como lembrou Gilmar Mendes em uma sessão de 2018.

Esta impensável conjuntura fez acender uma luz de alerta: quais seriam as barreiras a uma eventual configuração de um tribunal bolivariano, por exemplo? A falta de alternância de poder permitiu ao PT nomear 13 ministros do Supremo ao longo de seus 13 anos à frente do executivo. O futuro de mais de 200 milhões de pessoas não pode depender da capacidade de 11 humanos de compreender a independência que requer a investidura. A trama que aponta

uma atuação eminentemente política do STF foi ficando mais complexa e preocupante quando vieram à tona as gravações de políticos, realizadas por delatores com grampos, que trouxeram ao conhecimento geral vadios diálogos entre caciques políticos, vangloriando-se de se suas redes de influências, prometendo influenciar magistrados, incluindo ministros da mais alta corte, para conseguir cooperação de antigos comparsas. O ex-presidente Lula aparece muito irritado em conversa telefônica com a presidente em exercício, Dilma Roussef, reclamando de suposta falta de gratidão de ministros que, em suas palavras, estariam acovardados, temendo a opinião pública. A espera por gratidão e retribuições pelas nomeações são fortes indícios de que muitos outros tenham agido desta forma anteriormente. Em outras gravações, senadores prometem até a famílias de outros senadores acionar ministros do Supremo com pedidos impublicáveis, em troca de silêncio e recusa à adesão a acordos de delação, como no caso em que o senador Aloísio Mercadante abordou a família do ex-senador preso, Delcídio Amaral.

Mais uma vez, os fatos nos levam a considerações fundamentais: essas conversas foram travadas entre pessoas muito esclarecidas, profundas conhecedoras do modus operandi do poder, a exemplo de Mercadante, Delcídio, Renan, Sarney, pessoas que participaram ativamente das indicações de diversos ministros. Se fossem simples bravatas essas afirmações, isso não seria facilmente identificado, até mesmo ridicularizado, pelos interlocutores? Aécio Neves foi claro na sua intenção de escolher delegados específicos para cuidarem de investigações referentes a integrantes de seu grupo político. Com o desenrolar dos fatos, fica cada vez mais evidente que o sistema dominou o mundo da vida. Habermas, o filósofo que enxerga a sociedade como a conjunção entre o sistema (plano negocial) e o mundo da vida (cultura, sociedade e pessoas), abordou o tema de forma genial. O mundo da vida está relacionado ao campo afetivo, à família, visa ao bem comum a partir da colaboração, da comunicação entre os indivíduos, que harmoniza interesses, obtém consenso. O sistema refere-se ao plano da estratégia, sua ética privilegia a maximização do próprios benefícios, visão mais egocêntrica. Quando há uma invasão de planos, conforme trecho do livro “Compreender Habermas”, Reese-Schafer, temos uma injeção de injustiça na sociedade:

“é possível atribuir as patologias da modernidade, sem nenhuma exceção, à invasão da racionalidade econômica e burocrática em esferas do mundo da vida, às quais essas formas de racionalidade não são adequadas e, por isso, levam a perdas de

liberdade e de sentido. O agir comunicativo é concebido por Habermas de modo a abrir as oportunidades para um entendimento em sentido abrangente, não restritivo¹

Fatos bizarros passaram a se atropelar de forma vertiginosa em uma sucessão de escândalos que confundiram o povo já descrente e provam como são restritos os pontos de vista que levam ao consenso. Surgem as ligações entre Gilmar e Aécio Neves, em que o senador pede apoio do ministro para influenciar o voto de outros senadores em questão congressual e recebe resposta positiva. Esse mesmo ministro não demonstra o mínimo constrangimento em julgar ações em que o mesmo Aécio figura como parte, muito menos aquelas contra clientes do escritório de advocacia em que sua esposa figura como sócia, ou um réu de quem foi padrinho de casamento.

Então, vem à tona uma revelação estarrecedora sobre a indicação do ministro Fachin, que rompe as fronteiras do absurdo por admitir não só ter voado em jatos particulares do empresário que é tido como o maior corruptor do Brasil, como também ter pedido apoio do mesmo à indicação de seu nome à corte suprema. Foi ainda mais longe depois de indicado, não se julgou suspeito em ações em que o mesmo Joesley figura como parte. Homologou o acordo de colaboração premiada do amigo, no que foi o acordo mais criticado de toda lava jato, por ter garantido punição penal zero ao criminoso que ainda teve autorização para viajar e permanecer nos Estados Unidos, um escândalo. É a iniciativa privada, representada por empresários com processos bilionários tramitando na justiça brasileira, participando decisivamente da indicação de ministros. Como assim? É a consagração do domínio do sistema, conforme Habermas em “Teoria da ação comunicativa.

...com a institucionalização legal do meio monetário que marca a emergência do capitalismo, a ação orientada para o sucesso, guiada por cálculos egocêntricos de utilidade, perde sua conexão com a ação orientada para o entendimento mútuo. Esta ação estratégica que desatrela-se dos mecanismos de alcançar o entendimento e demanda por uma atitude objetivante inclusive no campo das relações interpessoais é promovida a modelo para lidar metologicamente com uma natureza objetivada cientificamente. Na esfera instrumental, a atividade dirigida a fins, ao retirar sua legitimidade do sistema científico, fica livre das restrições normativas.²

¹ REESE-SCHÄFER, 2009, p. 46

² Habermas, 1987, p. 196

Apesar de sua controversa campanha à indicação ao STF, é necessário destacar que o Ministro Fux vem mostrando uma aparente independência em temas penais e acompanhou praticamente na íntegra as severas decisões do relator da AP 470, ministro Barbosa. Porém a estabilidade republicana fica fragilizada ao depender exclusivamente do discernimento individual de cada ministro para evitar a instrumentalização política da corte e todas suas nefastas consequências. São necessárias medidas objetivas que resguardem a justiça da atuação politizada e personalista de seus integrantes, sem negligenciar os fatores subjetivos que passam por uma autocrítica e conscientização efetiva da sociedade brasileira. Qual o poder destrutivo de toda uma população acreditar que um ministro comete repetidas vezes um suposto crime, sem que haja qualquer tipo de punição ou, ao menos, julgamento? Diz o inciso 2 do artigo 39 da lei nº 1.079/1950: São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Inciso 2: proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa;

O primeiro capítulo apresenta um panorama geral do nosso contexto sócio-político, um sobrevoo pelos ares turbulentos que desestabilizam a já comprometida estrutura do jovem Estado democrático brasileiro. Mostra a desordem e violência predominantes nas relações sociais e institucionais que impedem que avancemos como nação. A debilidade, quase apodrecimento, dos poderes executivo e legislativo é evidenciada em pesquisas realizadas pelos principais institutos. Elas indicam alarmantes baixos níveis de confiança popular nas instituições, que conspiram contra a integridade do tecido social. O cidadão percebe o Estado Brasileiro como um inimigo voraz e ameaçador e a presidência da república, o congresso e as estruturas políticas estaduais e municipais não gozam de qualquer prestígio. Não poderia ser diferente frente tamanha desconexão entre governo e povo.

A vida institucional orbita fundamentalmente em questões particulares dos ocupantes do poder; as necessidades coletivas são deixadas em terceiro ou quarto plano, chegando ao absurdo ponto de um deputado federal afirmar à imprensa estar “se lixando” para a opinião pública. Proliferam notícias sobre roubos de recursos destinados a aposentadorias dos trabalhadores, merenda escolar e até à aquisição de próteses hospitalares; a barbárie parece não ter limites. Não por outro motivo, mesmo com tantos problemas estruturais gravíssimos, a corrupção é a questão apontada como principal mazela nacional pela maioria dos brasileiros.

A falta de habilidade em lidar com as liberdades individuais é patente, a inclinação patrimonialista dificulta a distinção de limites, leva o cidadão em geral a tratar o coletivo

como particular. Esta inabilidade apresenta alto preço, uma consequência destrutiva, ao precipitar um círculo vicioso que: consolida a descrença generalizada na natureza humana, gera clima de desconfiança mútua, retira todo o sentido da palavra comunidade e por fim ainda enfraquece a coletividade, logo esta que garante a todos nós níveis muito superiores de bem-estar. Essas afirmações têm pesquisas e teorias científicas apresentadas mais à frente como embasamento, como a teoria dos jogos, que mostra a tendência ao agravamento do preocupante quadro. O fim da esperança em superar todo esse processo opressivo leva a um supremo pessimismo dos indivíduos que sofrem. São abertas alas a radicalismos, a aceitação de uma espécie de Leviatã moderno, que passa a ser visto como última razão contra a balbúrdia generalizada. Exemplos similares com impactos catastróficos foram vividos em países socialmente muito mais avançados que o Brasil, como Alemanha, Portugal, Espanha e Itália, que também buscaram mais segurança em um poder central forte, experiências muito mal sucedidas. Mais de 50% dos brasileiros se dizem abertos a um regime ditatorial, a maioria talvez não leve em conta que a mesma mão de ferro que dá força a um soberano para supostamente fazer a caça às bruxas. Ela também poderá ser empregada para calar opositores em eventuais denúncias de novos desvios de conduta cometidos por governos autoritários no futuro. Mas a desordem é tão grande que aceitamos remédios mais amargos sem reclamar. Na década de 80, com toda sua sensibilidade, o gênio Renato Russo já previa essa tendência e, de forma precisa, disse assim, na canção intitulada “há tempos”:

“E há tempos nem os santos
Têm ao certo a medida da maldade
E há tempos são os jovens que adoecem
E há tempos o encanto está ausente
E há ferrugem nos sorrisos
Só o acaso estende os braços
A quem procura abrigo e proteção
Meu amor!”³

Com lideranças políticas desmoralizadas e concentradas em se livrar da prisão, o sistema de freios e contrapesos está desequilibrado. O STF, anabolizado perante a opinião pública após o julgamento da Ação Penal 470, vem sendo obrigado a atuar como viga central da democracia. Contém alguns dos abusos e acaba fazendo vista grossa a outros. Um bom exemplo é a decisão que prevê a possibilidade de réus em ações penais ocuparem cargos na linha sucessória direta da presidência. . O torpor de uma classe política patrimonialista e fisiológica, incapaz de tomar decisões importantes, forçou a exacerbação da judicialização da

³ Dado Villa-Lobos / Marcelo Bonfá / Renato Russo - 1987

política, com o judiciário sendo provocado a tomar papel ativo em decisões normalmente restritas às esferas do executivo e legislativo, também absorvendo seus desgastes e sofrendo pressões inaceitáveis dos demais poderes. Esta situação contingencial é arriscada por concentrar poderes em órgão específico, Montesquieu assim dispôs em “O espírito das leis”:

“Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do executivo. Se estivesse ligado ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se ao mesmo homem ou ao mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos individuais.”⁴

A atuação do STF não é a solução final para todos os males e não podemos negligenciar o fato de que os intelectos dos membros do judiciário também são formados com exposição às mesmas regras e práticas sociais dos demais, que naturalmente absorvem do ambiente os mesmos valores deturpados. Integrantes do Supremo vêm do mesmo lugar de onde vêm os políticos, ostentam defeitos humanos como qualquer outro cidadão, o que os leva os juízes a também demonstrarem suas próprias contradições, e essas vão paulatinamente deteriorando a imagem do judiciário. Enquanto não houver um drástico câmbio na consciência e na formação psicológica da comunidade como um todo, continuaremos no mergulho em parafuso, rumo à desintegração total.

O elevado teor ideológico das decisões supremas evidencia a crescente politização do poder judiciário e a técnica jurídica molda-se aos fatos, não o contrário. Esse é um fator com potencial suficiente para aniquilar a democracia no Brasil. O indivíduo, num ambiente dominado pela injustiça, logicamente constata que seguir regras praticamente sozinho se transforma numa desvantagem competitiva. Esse é um aspecto intrínseco da natureza e o evolucionista Richard Dawkins aborda o tema de forma brilhante em seu livro de sucesso, “O Gene Egoísta”. Indica a razão como fator de redenção. Mas outro trecho da música de Renato

⁴ Montesquieu, 1997, p. 149

Russo reflete o que pensamos atualmente em relação a essa possibilidade: “Herdeiros são agora da virtude que perdemos, há tempos tive um sonho, Não me lembro, não me lembro”⁵.

Quando a hermenêutica é manipulada, posta a serviço de ideologias partidárias, ignora a conjuntura sócio-política de uma nação que não conseguiu nem mesmo consolidar as dimensões mais básicas dos direitos fundamentais. O apoio popular é minado: a questão da possibilidade de prisão em segunda instância é um caso emblemático. O país vai sendo forçado a um terreno obscuro de total incerteza e desconfiança generalizada, e aprofunda-se a guerra destrutiva de todos contra todos. Incrível pensar na existência de tantos desmandos e garantismo exacerbado numa sociedade em que a escravidão ainda é uma realidade e que 7% da população (aproximadamente 15 milhões de cidadãos) são analfabetos. Vence a perversa lógica que reza que aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei. John Rawls nos ensina que sem liberdade e igualdade, não é possível um Estado justo e sadio. Igualdade aqui não tem o sentido aristotélico de diferenciar desiguais, mas garantir equidade nas condições básicas para que cada cidadão possa desenvolver seus potenciais.

...porque não há melhor maneira de elaborar uma concepção política da justiça para a estrutura básica a partir da idéia intuitiva fundamental da sociedade como um sistema equitativo de cooperação entre cidadãos como pessoas livres e iguais.⁶

A transmissão ao vivo das sessões plenárias para todo país e o enorme espaço ocupado pela cobertura de temas políticos nos meios de comunicação apontaram todos os holofotes à Suprema corte. O brasileiro acompanha ao vivo a dramática novela da vida real brasileira, um show dos egos inflados com total descolamento da realidade. Conhece-se melhor a escalação dos 11 ministros do STF que da seleção brasileira de futebol e os estragos causados por decisões controversas é amplo e agora praticamente imediato.

O Supremo encontra-se diante da difícil tarefa de julgar um volume incrível de ações onde as maiores autoridades políticas do país figuram como réus, o que dá contornos ainda mais perigosos à situação. Os poderosos organizaram rapidamente um contra ataque preventivo, descumprindo ordens judiciais, como no lastimável episódio da prisão do ex-

⁵ Dado Villa-Lobos / Marcelo Bonfá / Renato Russo - 1987

⁶ Rawls, John, 1992, p. 43

presidente Lula, que desqualificou a atuação da polícia e causou a certeza no povo de que a lei não vale para alguns.

O enfoque meramente organizacional é apenas a parte formal, prescrever a melhoria no voto ou implementação de regras mais rígidas ao funcionamento do Estado e ao controle de seus representantes é apenas parte da solução. Inegavelmente, são medidas necessárias, mas que precisam ser acompanhadas de uma transformação social profunda que mude lógica da interação social, a forma como cada um enxerga as relações entre indivíduos. O Estado e as instituições ganham vida pelas mãos de representantes da sociedade. Estes, enquanto tiverem mentes programadas para o benefício pessoal, criarão inovações legais que só vão incentivar formas de se burlarem as leis, levando qualquer avanço por água abaixo. Neste sentido, o segundo capítulo aborda o homem e suas limitações. O Brasil virou a sociedade do protesto, da indignação que ocupa todos os espaços das redes sociais, 24 horas por dia, com longas reclamações e lamentos sobre os caminhos do país (sempre direcionados a terceiros), que não realçam a decisiva participação da própria sociedade civil na formação deste triste cenário.

Como é costume na cultura ocidental, a culpa é sempre terceirizada, o problema está sempre no diabo, nas más companhias, aqueles que nos dizem o que fazer, nunca o contrário. É traçado um paralelo entre a ética social de forma geral com a ética política para comprovar que esta deriva da primeira, já que o intelecto e processo decisório dos ministros são forjados como o de todos outros cidadãos, pelo contato social, pelos exemplos absorvidos durante toda a vida. Situa o comportamento dos políticos no espelho da sociedade, um mero reflexo dos costumes cotidianos de atravessar fora da faixa, receber troco maior e manter a diferença, arriscar a vida de muita gente ao usar celular ao dirigir. Com isso, busco embasar a tese de serem inócuas meras mudanças formais na lei, sem a companhia de um drástico e urgente câmbio na consciência dos brasileiros em relação à vida em comum. A ciência entra em cena com algumas de suas teorias e experiências para ajudar a embasar logicamente o peso da percepção dos indivíduos na definição dos padrões de relacionamento social. Tento demonstrar a tendência lógica ao agravamento do quadro e a pressão genética subconsciente que incentiva humanos a burlarem as regras estabelecidas. Essas teorias também ajudam na identificação de saídas: Matt Ridley nos presentearia com fortes evidências racionais de que a vida harmônica em sociedade, em clima de cooperação, gera resultados mais consistentes do

que o individualismo ao promover bem-estar mais abrangente ao fomentar a lógica do ganha-ganha.

O terceiro capítulo trata especificamente do STF, seu fortalecimento após o julgamento da ação penal 470 e seu declínio, acelerado a cada decisão desastrosa em benefício de categorias especiais de réus e a cada falta de compostura de seus ministros, que mais parecem discutir no balcão de um boteco carioca. Ataques virulentos, desqualificação de órgãos do estado, uso de palavras de baixíssimo calão, inobservância dos mínimos padrões de comportamento esperados de integrantes de uma corte constitucional. É apresentada uma extensa lista de evidências da crescente politização da corte e seus impactos, que lançam o Brasil em um período de completa incerteza. O ato principal até agora foi protagonizado pelo desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4), que tem ligações históricas com o PT, indicado pelo quinto constitucional ao pela ex-presidente Dilma, que aproveitou seu plantão para absurdamente contrariar uma decisão colegiada unânime para libertar o ex-presidente Lula.

São explorados os fatores desta politização excessiva e o processo político de indicação dos ministros ao STF é apontado como grande vilão ao conferir aos políticos o papel de recursos humanos dos juízes, influenciando diretamente nos seus planos de carreira. Além disso, é muito difícil aos juízes, humanos como todos nós, lidar com uma concentração excessiva de poder, por um espaço temporal dilatado. A vitaliciedade e a falta de controles efetivos sobre o exercício dos mandatos abrem espaço para distorções de suas finalidades, cooptações, e injustiça. O trabalho reforça não adiantar cuidar apenas dos aspectos formais sem levar em conta o fator humano. Indivíduos sem consciência do elevado benefício próprio obtido pelo cumprimento da lei continuarão inovando em métodos para burlar a lei. Recorro novamente a palavras de Renato Russo, não menos atuais, agora em “Baader-Meinhof Blues”: “Essa justiça desafinada é tão humana e tão errada, nós assistimos televisão também, qual é a diferença?”.

A quarta parte traz as conclusões finais e propostas de algumas medidas necessárias tanto à dimensão humana quanto organizacional. No âmbito humano, indica a necessidade de superar graves problemas intelectuais em paralelo à questão estrutural. A matéria prima humana precisa ser tratada para que a nova estrutura organizacional possa ser efetiva. As posições são apoiadas na ciência, que sustenta a importância do trabalho de conscientização

social, que não pode prescindir da participação ativa e efetiva dos grandes meios de comunicação, serviços estes eminentemente de utilidade pública. Em termos organizacionais, são sugeridos novos métodos mais inclusivos para indicação de ministros ao Supremo, assim como proposta para a limitação do tempo de mandato e implementação de controles ao exercício deste mandato dos juízes pela sociedade, incluindo uma ferramenta de recall com aplicação mais ágil e simplificada, restringindo poderes dos políticos no processo decisório.

Por fim, é muito importante esclarecer que o autor desta monografia não tem a menor pretensão de apresentar respostas definitivas a um problema tão complexo e com profundas raízes. Teremos que cumprir vários estágios, à medida que avançarmos, promovermos mais ajustes, até chegarmos a uma situação menos grotesca. Haverá críticas sobre a instabilidade que podem gerar mudanças sucessivas, mas do que adianta uma estrutura estável para uma massa amorfa, explosiva e caótica?

Não há aqui julgamento de valores, esse papel cabe à justiça. Esta monografia propõe retrato mental da conjuntura brasileira na cabeça de um cidadão, reproduzir a percepção geral da sociedade em relação a acontecimentos relevantes e amplamente noticiados. São utilizadas como base as opiniões dos próprios ministros, analistas do judiciário e jornalistas de meios de comunicação com diferentes direcionamentos políticos, da Carta Capital à Veja, do O Globo, à Folha de São Paulo e Estadão. Afinal, em tempos de internet, esses veículos bombardeiam a sociedade com informações, de certa forma moldando o consciente coletivo e influenciando sobremaneira a percepção da realidade e o processo decisório dos indivíduos.

CAPÍTULO 1 - BREVE PANORAMA SÓCIO-POLÍTICO BRASILEIRO

1.1 Problemas crescentes

A sociedade brasileira parecia ter encontrado a luz, mas só o que havia era pus no fim do túnel: tudo está fora do lugar, no cotidiano e na política imperam caos e violência. Uma das maiores crises financeiras de todos os tempos deixa o ambiente explosivo com mais de 13 milhões de brasileiros buscando emprego sem sucesso (se não contabilizarmos aqueles que vão para o mercado informal e os desesperançados que desistem da antes sonhada carteira assinada). Funcionários públicos, a exemplo do Rio, que não recebem salários por meses, sem que isso faça as cobranças de seus credores deixarem de chegar a cada 30 dias. Enquanto isso, o governador licita serviços de jatinhos; a esperança morreu e o momento é dramático. E quanto aos aposentados? A previdência social, que deveria garantir o mínimo de dignidade aos cidadãos que já contribuíram para a construção do país com muito suor (muitos já doentes, dependentes de caros remédios), apresenta um grande rombo nas finanças. Não é possível nem ao menos projetar por quanto tempo será viável honrar o pagamento a seus beneficiários. A Grécia é aqui, mas parece ser apenas uma paradisíaca escala antes do triste destino final desta insolvência, vide a Venezuela. A greve dos caminhoneiros mostrou que a desordem total é uma realidade mais próxima do que o brasileiro tende a acreditar.

A saída fica distante ao considerarmos o inevitável desbalanceamento entre a quantidade de aposentados e a parcela de brasileiros economicamente ativos num futuro próximo. Conforme matéria assinada por Ana Ianovali, no portal Migalhas, “Dados indicam que o número de servidores ativos no mercado de trabalho chegará a ser inferior ao número de aposentados em 2060”⁷.

A dilatação da expectativa de vida do brasileiro, com o envelhecimento da população, requer medidas ágeis de ajuste que certamente implicará em redução de direitos. O demógrafo José Eustáquio Alvez, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, afirmou “O envelhecimento populacional no Brasil é real e é um dos mais velozes do mundo”⁸,

⁷ Ana Carolina Ianovali Pera, 27/01/2017

⁸ Mariana Schreiber, 02/11/2017

A crise previdenciária trará efeitos em cascata: o aumento do volume de recursos destinados ao pagamento dos aposentados minuará a disponibilidade de dinheiro para saúde, educação, segurança, e estas contas já são hoje pressionadas pela população mais numerosa. Está preparada a receita para o desastre. Sem reformas sérias, ficaremos diante de uma escolha de Sofia: Pagar aposentados ou deixar o povo morrer doente e com fome? Ainda no artigo de Ana Ianovali, são apresentados números que embasam a visão: com a queda de arrecadação e a crescente baixa na economia, atualmente, as despesas previdenciárias consistem em cerca de 55% do total da despesa primária, quando os gastos com saúde e educação giram em torno de 10% da receita.

Funcionários de empresas públicas contam com planos de previdência auxiliar, Postalís (Correios), Petros (Petrobras), Real Grandeza (Furnas), Previ (Banco do Brasil), e estes trabalhadores destinam mensalmente parcela significativa de seus salários para contribuírem para esses fundos de pensão, que deveriam gerir honestamente esses recursos e garantir aposentadorias ainda mais confortáveis. Porém, esses fundos, invariavelmente controlados por indicados políticos, sofrem constantes saques e contribuintes desprotegidos veem-se impotentes diante da tanga de suas suadas economias, promovida pelos partidos políticos que os controlam. Situação humilhante que mina a confiança do ser humano em si próprio. A Folha de São Paulo publicou matéria sobre o drama dos lesados:

“Era 1953, quando, aos 23 anos, Maria Augusta dos Santos começou a trabalhar na área administrativa da Caixa Econômica. Trinta anos depois, ela deixou o banco com uma aposentadoria de R\$3.564, em valores atualizados. Agora, aos 86 anos, teve uma redução no seu salário: o contracheque vem com um desconto de R\$ 99,90 – valor que, a partir deste mês, aumentará para R\$ 379,20. Maria Augusta é uma das centenas de milhares de aposentados que estão pagando a conta por casos de má gestão e desvios em fundos de previdência complementar.”⁹

O endurecimento da realidade apresenta faces perversas pois encorpa o fluxo migratório de brasileiros em busca de melhores condições de vida, longe da agressividade tupiniquim. Esse movimento leva a terras estrangeiras logo aqueles com maior capacidade de inovar, gerar a renda e emprego que suavizariam a tempestade perfeita que se arma em nosso horizonte. Em oposição, Roraima sofre com a massiva migração de venezuelanos que fogem

⁹ Luciana Dyniewicz., 2017

do sanguinário regime de Maduro. Já temos até praças muradas para isolar imigrantes em Boavista, uma triste situação em pleno século 21.

Esse é um pequeno exemplo da desordem que toma o dia-a-dia e de como a conjuntura aponta para o agravamento da severidade desta profunda crise. Relações sociais endurecidas, indivíduos antagonizados, a proliferação da violência encontra as condições ideais neste clima desumano. A injustiça acua um indivíduo já com baixa autoestima, crente que o Brasil e sua cultura são mesmo inferiores, onde tudo é feito para dar errado, em que o emprego de força, e o exercício das próprias razões, constituem-se como o único meio eficaz para garantir a sobrevivência de cada um. Os primeiros dias de 2017 exacerbaram esse sentimento, enquanto a população entrava em pânico com uma onda de saques e roubos em massa, policiais militares do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte permaneciam dentro dos batalhões, em greve. A fragilidade da nossa suposta ordem social ficou patente. Aproveitando a desorientação governamental, detentos detonaram sangrentas rebeliões, canais de televisão transmitiram ao vivo cenas de duelos mortais entre presos que, à moda medieval, se matavam à base de pauladas, pedradas e facadas. Cabeças de oponentes vencidos e decapitados exibidas como troféus, sem qualquer tipo de humanidade. Enquanto as entranhas da sociedade eram expostas em rede nacional, em surdina, governantes sentavam-se à mesa com lideranças de presos rebelados para implorar pelo fim da barbárie. Vivemos sobre um barril de pólvora pronto para explodir, há que se dormir com um olho aberto e o outro também.

Esse caos não é nada além de um reflexo direto da falta de educação do povo e comando dos governantes, desatentos às necessidades sociais. Concentrados na tarefa de salvar as próprias peles, com associações impublicáveis, conspiram os líderes contra o país no intuito de evitar anos nas lastimáveis cadeias públicas, junto aos rebelados. Todos os governadores eleitos pelos cariocas nos últimos 20 anos estão atrás das grades, acusados de gravíssimos crimes. A balbúrdia alcançou tal grau que foi necessária uma intervenção militar de emergência na segurança pública do Rio de Janeiro, após o governador admitir publicamente ter perdido completamente o controle do estado, declarando-se incapaz de apresentar as soluções necessárias à paz social.

A violência está no coração da nação, são 168 mortes violentas por dia, uma a cada 8 minutos, números superiores a áreas em guerra declarada, 135 mulheres são estupradas todos os dias, enquanto 13 outras são assassinadas. A menina de 15 anos passou 26 dias trancafiada

numa cela da prisão de Abaetuba-PA, com 30 homens, só foi resgatada dos dias de horror após um preso ser libertado e acionar o conselho tutelar, mas as masmorras medievais só foram notadas pelo STF quando passaram a ser frequentadas por políticos.

Num ambiente em que imperam a agressividade e o saque, a ternura transforma-se numa fraqueza, os cidadãos sabem não poderem acreditar em políticos e buscam suas próprias alternativas para não serem esmagados pela realidade. Para constatar a crescente entropia, basta sair às ruas e observar como até os aspectos mais simples de gestão estão abandonados. Vans, até então proibidas de circular em algumas áreas, são vistas novamente coletando passageiros nas regiões restritas mais movimentadas, como em Copacabana, em plena luz do dia. Nas calçadas, a história não é diferente: diante de policiais militares e guardas municipais inertes, camelôs dominam todos os espaços de forma desordenada com seus produtos de origem duvidosa, e ainda dificultam a circulação dos indivíduos, principalmente os idosos com limitações nos movimentos. Bancas são montadas nas fachadas de estabelecimentos comerciais e bloqueiam a vista das vitrines, pelas quais os comerciantes pagam tributos altíssimos. Os negócios legalizados têm que competir com produtos contrabandeados ou roubados, similares aos das lojas, e em frente aos próprios estabelecimentos, sem qualquer tipo de repressão.

Essa inaceitável permissividade estimula outros tipos de crimes como o roubo de cargas, já que há espaço em áreas nobres para a livre comercialização dos produtos das ações criminosas. Este tipo de crime saiu do controle e continua em alta mesmo após a intervenção militar no Estado. Impõe terror aos caminhoneiros, eleva o preço das mercadorias, o frete passa a necessitar de escolta armada, e faz com que o Rio de Janeiro deixe de ser atendido por muitas transportadoras. O cidadão de bem, que se recusa a consumir produtos sem origem comprovada, paga a conta pela suposta esperteza dos demais, que agem contra a coletividade.

O tráfico de drogas desenfreado é outra faceta do caos brasileiro, traficantes viraram celebridades, têm lucros milionários com o comércio de entorpecentes, o que permite a aquisição de pesadíssimos armamentos de guerra, muito superiores aos dos policiais militares. Estes estão entregues à própria sorte com revólveres calibre 38 enferrujados, com munição velha, só com muita reza para voltarem intactos às suas famílias ao fim de cada dia. Próximo à rocinha, uma comunidade carente que supera os 100 mil habitantes, refém de uma guerra interminável pelo controle dos pontos de vendas de drogas os tiroteios entre traficantes ou

entre traficantes e policiais são diários. É muito comum acordar com helicópteros do exército sobrevoando a comunidade durante as madrugadas, um verdadeiro Vietnã em guerra.

Estamos acostumados ao inaceitável e a menção de guerra não é aleatória: em 2017 foram 134 policiais militares mortos em serviço, um a cada 3 dias. Qualquer habitante de um país minimamente civilizado ficaria escandalizado com esses números, mas insistimos em acreditar que vivemos em uma democracia plena e ignoramos as 6.731 mortes violentas ocorridas em 2017, apenas no estado do Rio de Janeiro. Mortos e feridos na guerra na Síria chocam o mundo, mas é ainda mais perturbador descobrir que a guerra civil brasileira matou mais pessoas, em números absolutos, do que as guerras da Síria e do Iraque juntas.¹⁰ De acordo com o documento, os conflitos mataram 44,5 mil pessoas, 27,5 mil na Síria e 17 mil do Iraque. No Brasil, foi registrada uma quantidade absoluta 27% maior, 56,5 mil mortes violentas, e em 2016 esse número escalou a 61,6 mil. São 171 mortes violentas por dia, 7 por hora, uma morte violenta a cada 8 minutos e meio.

Há comunidades em que o tráfico de drogas foi debelado, mas substituído imediatamente por outra forma perigosa de domínio territorial, as milícias. Elas criam estados dentro de estados e impõem suas próprias regras, geralmente compostas por policiais e ex-policiais prontos para explorar a população com taxas de segurança informal e venda de botijões de gás. Também exploram o fornecimento de serviço clandestino de tvs a cabo, e mostram-se mais perigosas que o tráfico, já que há envolvimento direto de autoridades da ativa, garantindo um apoio institucional informal, quase invisível à distância. De uns anos para cá, as milícias começaram a se organizar e lançam candidatos a mandatos políticos alinhados à criminalidade, financiando campanhas e garantindo votos de cabresto em seus candidatos, passando a compor também a estrutura oficial do poder. O processo é simples, milicianos ameaçam moradores com eventuais represálias caso seus candidatos não recebam votações expressivas nas urnas de determinada região, o que é facilmente verificável. O filme “Tropa de Elite” retratou bem essa realidade, fazendo referência a dois irmãos, ex-policiais, que dominaram toda a comunidade da Vila das Pedras, aliados políticos do ex-governador Sergio Cabral, que também se beneficiava com votos cativos. Há documentação farta, em vídeo inclusive, do ex-governador enaltecendo os milicianos, independente de já serem amplamente conhecidas e divulgadas suas atuações opressoras fora da lei. Sergio Cabral teve

¹⁰ :“Monitoring Trends in Violent Deaths”, Small Arms Survey

uma de suas visitas à comunidade do Alemão retratada no livro do traficante conhecido por Marcinho VP. Ele relatou ter recebido o ex-governador em “seu camarote” num evento, e tê-lo prometido cerca de 30.000 votos, apenas em sua área de influência. É uma história mais desmoralizante que a outra, no meio de tudo isso, o cidadão indefeso, pagando seus tributos oficiais e extraoficiais e fugindo todo o tempo para não achar as balas perdidas.

Abrimos os jornais e constatamos que a justiça não é aplicada de maneira uniforme no país, varia a cada comunidade, cada uma com sua constituição própria, a depender de seus pretensos donos. Recentemente, um policial carioca foi baleado numa rua de São Gonçalo e outros policiais do batalhão se recusaram a fazer seu resgate pelo risco da localidade. Ministra do STF recua da promessa de inspecionar presídio, alegando receio pela falta de segurança. Conforme Millôr Fernandes, opinião pública é a que se publica, e o noticiário de política ganhou muita atenção nos últimos tempos com os intermináveis escândalos que se atropelam depois do julgamento da ação penal 470. Esta ação penal praticamente decretou a fusão das editorias Policial e Política nos periódicos, de tal forma que se confundem os mesmos temas e personagens tratados por ambos, nada passa despercebido. Nos esportes não é diferente, escândalos seguidos na CBF, todos seus ex-presidentes presos, impossibilitados de representá-la no exterior para não serem presos pela Interpol.

Líderes de instituições públicas cometem crimes horrendos como desvio de recursos destinados à aquisição de próteses hospitalares, merendas escolares, remédios. Esse show de horrores desorganiza laços sociais, induz o individualismo no cotidiano, banaliza as relações humanas, têm efeitos muito profundos que nos leva inclusive a duvidar da essência do ser humano, acreditar que somos realmente maus em nossa essência. Nossa democracia é infinitas vezes mais vulnerável do que calculamos dentro da bolha de 5% dos brasileiros com maiores condições de vida. O país nem ao menos consolidou as dimensões mais básicas dos direitos humanos e vivemos numa sociedade medieval, no pior sentido da palavra. Como enxergar normalidade num país em que uma juíza toma decisões que violam aos direitos humanos das crianças, em casos como o de Abaetuba? O direito à liberdade, mais básico de todos, está longe de ser pleno, é de se cair o queixo ao constatar que, em pleno 2018, temos casos de condições de trabalho análogas à escravidão em território nacional, e não é no interior do Pará, mas no coração do mais rico estado da federação, São Paulo.

1.2 País desigual

Bolivianos eram mantidos em condições desumanas, costurando roupas para grifes de elite, que têm condições de manter esquema legal de produção. Os costureiros subcontratados trabalhavam mais de 12 horas por dia no mesmo local onde dormiam, dividindo o espaço com baratas e instalações elétricas que ofereciam risco de incêndio, Os casos foram flagrados em três oficinas na região metropolitana de São Paulo e levaram os auditores fiscais do trabalho a responsabilizar a Animale e a A.Brand. Com as duas grifes, o Brasil contabiliza 37 marcas de roupa responsabilizadas por exploração de mão de obra análoga à de escravo nos últimos oito anos. O perfil dos clientes, pessoas com maior nível educacional, não foi suficiente para tornar o mercado mais justo, essas marcas continuam em atividade, entre as mais tradicionais, liderando vendas.

Em relação à igualdade, não podemos afirmar também que seja uma dimensão consolidada nas terras brasileiras, apesar de todos os avanços nos direitos trabalhistas, no voto das mulheres (entre outros a listar). Não se pode falar em condições iguais quando 7% da população, mais que 15 milhões de cidadãos, não sabem ler ou escrever. A falta de alfabetização, apesar da garantia constitucional do direito inalienável do voto ao analfabeto, é um fator de exclusão social por abalar radicalmente a capacidade competitiva destes cidadãos, à medida que essa condição lhes impede de exercer direitos básicos de cidadania como candidatar-se a um cargo público, além de outros aspectos mais singelos da vida como conduzir um veículo. Chegaremos a uma situação limite de desigualdade quando a previdência quebrar e impedir o pagamento de benefícios aos mais carentes e o Estado perder sua capacidade de atenuar diferenças. Sem equidade, inexistem sociedades justas, assevera John Rawls:

“cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras. **Segundo:** as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posição e cargos acessíveis a todos”¹¹

¹¹ RAWLS, J. 1992, p. 64

Não se pode negligenciar o fato de que gastos crescentes com a previdência não afetam apenas aposentadorias, eles drenam os recursos públicos que seriam destinados a outras áreas que já apresentam suas próprias carências, como a saúde, a educação, a segurança. Quanto mais aguardarmos por uma solução, sem que ao menos termos contingências básicas sejam adotadas para estancar essa sangria desatada, o problema se agravará até ficar insuperável, se já não o for o caso hoje. A tendência é experimentarmos relações entre governo e povo ainda mais áridas, similares ao modelo que impera em grande parte de países africanos ricos em recursos naturais: governantes se concentram em saquear riquezas naturais do país, como petróleo e diamantes, vivem em bolhas, separados em castas, enquanto a população que sofre na miséria e é utilizada como mão-de-obra farta e baratíssima.

Quando pensamos na África, imaginamos sociedades atrasadíssimas, e supostamente estaríamos num patamar superior de consciência social, apesar de não ser para essa direção que apontam rankings internacionais de serviços básicos. No ranking do IDH, que mede o nível de desenvolvimento humano dos países, inacreditavelmente, apesar das profusas riquezas naturais de que dispomos, não passamos da 79ª posição, estamos atrás de diversos países americanos, inclusive Cuba, Venezuela e Argentina. Falando em África, a Argélia ostenta a mesma pontuação brasileira no ranking, 0,754 pontos; se pensarmos em exploração de recursos naturais, nossos modelos não diferem muito dos africanos. Aqui nas nossas terras, os partidos políticos se apropriaram da Petrobras, repartem a empresa em áreas de influência e negociam a nomeação de seus representantes nas diretorias da estatal com a função de varejar todos os contratos fechados. Assim, exploram o nosso mais valioso recurso natural até para financiar campanhas políticas. Qual a diferença entre Brasil e Angola? Talvez a sejamos ainda mais cruéis que os africanos, não satisfeitos em roubar o ouro negro, nossos governantes não sentem qualquer tipo de remorso por roubarem o dinheiro destinado a merendas escolares. Num país em que as crianças dependem da refeição oferecida na escola para ter um mínimo acesso a proteínas, grampos telefônicos solicitados pela Controladoria Geral da União flagraram criminosos e desumanos diálogos em que empresários orientavam funcionários públicos nas fraudes: “Corta carne e dá ovo para essas crianças todos os dias”

Como sentir orgulho de um país em que o governador de um dos estados mais influentes estados da União, o Rio de Janeiro, está preso por montar um monstruoso esquema de desvio das verbas destinadas à aquisição de próteses hospitalares? O que pensar de um Secretário de Saúde empenhado em obstruir a justiça, que ri da situação e fala estar disposto a

passar alguns anos na cadeia para manter seu esquema assassino de pé? Podemos passar pouco tempo na cadeia... Mas nossas putarias têm que continuar"¹²

Vivemos um cotidiano de problemas muito graves como as filas em hospitais sucateados, educação sofrível, guerra civil não declarada com mais de 60.000 mortes violentas em um único ano, número de desempregados superior a 13 milhões. Apesar de toda essa desgraça anunciada, pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias apontou a corrupção como maior preocupação do Brasileiro. Esse apodrecimento da política provoca muitas divisões e dificulta a formação de consenso até em temas dos mais prosaicos.

1.3 Garantismo da inoperância e corrupção

Na falta de acordos, legislativo e executivo provocam o judiciário, que se vê obrigado a deliberar sobre temas que deveriam estar restritos à esfera política. Esse fenômeno é chamado de judicialização da política, que contribui para o enfraquecimento da Justiça, o que acaba por lançar carga adicional imprópria sobre o STF, num período em que já sofre pressões extremas diante da difícil tarefa de julgar as personalidades e autoridades mais poderosas da república. Um bom exemplo foi a ADI 5498, em que o Partido Comunista do Brasil questionou no STF qual seria o procedimento adequado para definir a ordem de votação no juízo de admissibilidade da ação por crime de responsabilidade contra a então presidente da república.

Com isso, trato de demonstrar as cargas que pressionam o STF, armadilhas que roubam as forças da corte, mais exposta ao risco de extrapolar suas atribuições constitucionais e atuar como legislador positivo, o chamado ativismo judicial. Com a preponderância de um poder em relação aos demais, a separação dos poderes e os freios e contrapesos são subvertidos, nos equiparando a sociedades pré-iluministas. A tripartição dos poderes estatais já havia sido teorizada por Aristóteles. Na antiguidade grega, ele dizia existirem o que delibera sobre as questões do Estado, o que compreende aqueles poderes necessários à ação do Estado e aquele que abrange os cargos de jurisdição.

¹² JB, têm que continuar 2017

A divisão segundo o critério funcional é a célebre “separação de poderes”, que consiste em distinguir três funções estatais, qual sejam, legislação, a administração e a jurisdição, que devem ser atribuídas a três órgãos autônomos entre si, que as exercerão com exclusividade, foi esboçada pela primeira vez por Aristóteles, na obra “Política”.¹³

Este trabalho também abordará a natureza humana e falível dos juízes, a inserção deles na sociedade, sua exposição aos mesmos estímulos ambientais que o restante da sociedade. Mostra como isso influi nas suas atuações como magistrados. O garantismo excessivo da carta de 88 permite a justificação de decisões casuísticas, muitas vezes imorais, que ofendem a justiça frontalmente, tudo perfeitamente sustentável via interpretação da letra fria da lei, traço característico do juspositivismo. Encontramos esse pensamento em Bobbio

“Para o jurisconsulto, para o advogado, para o juiz existe um só direito, o direito positivo [...] que define: o conjunto de leis que o legislador promulgou para regular as relações dos homens entre si [...] As leis naturais ou morais não são, com efeito, obrigatórias enquanto não forem sancionadas pela lei escrita... Ao legislador só cabe o direito de determinar, entre regras tão numerosas e, às vezes, tão controvertidas do direito natural, aquelas que são igualmente obrigatórias [...] Dura lex, sed Lex; um bom magistrado humilha sua razão diante da razão da lei: pois ele é instituído para julgar segundo ela e não para julgá-la. Nada está acima da lei, e eludir suas disposições, sob o pretexto de que equidade natural a contraria, nada mais é do que prevaricar. Em jurisprudência não há, não pode haver razão mais razoável, equidade mais equitativa do que a razão ou equidade da lei”¹⁴

Kelsen tinha visão similar:

Assim, a justiça estaria na própria lei, cabendo ao aplicador do direito aferir tão somente a validade formal da norma e não a justiça ou correção de sua aplicação, uma vez que a norma fundamental que valida todo sistema é condição lógico-transcendente, desprovida de conteúdo valorativo.¹⁵

A carta viabiliza a produção de decisões conflitantes e sustentáveis, facilmente manipulável por juízes com intenções escusa. Estes deveriam, conforme receita o pós

¹³ Moraes, Alexandre, 2007

¹⁴ BOBBIO, 1995, p. 86

¹⁵ Kelsen, Hans, 1994, 225-228

positivismo, conferir validade formal e também material às suas decisões, pesando os anseios e desafios sociais. Neste tema, John Rawls é preciso:

Um conjunto de princípios é requerido para arbitrar entre arranjos sociais que dêem forma a essa divisão de vantagens. Assim, o papel dos princípios de justiça é atribuir direitos e deveres na estrutura básica da sociedade e especificar a maneira pela qual as instituições devem influenciar a distribuição geral dos retornos da cooperação social.¹⁶

Quando a constituição de 88 nasceu, vivíamos os primórdios desta nova fase democrática, iniciada em 1985, com o governo José Sarney, um político filiado ao PFL (Partido da Frente Liberal), originalmente candidato a vice-presidente que assumiu o posto principal após a trágica morte de Tancredo Neves, presidente eleito. Para entender melhor a nova composição de forças que passava a governar o país, é importante destacar que a Frente Liberal surgiu de uma cisão no PDS (Partido Democrático Social), que, por sua vez, era sucessor da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido criado para dar sustentação política à ditadura pelo Ato Institucional 2, que extinguiu 13 partidos e instituiu o bipartidarismo no país. O Racha no PDS ocorreu após uma disputa interna entre Paulo Maluf e Laudo Natel pela indicação à candidatura à presidência, em que o primeiro prosperou. Então, caciques que permanecem no poder até hoje, como José Sarney, Marco Maciel, Agripino Maia, Antônio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves, dentre muitos outros, deixaram o PDS para criar o PFL. Como o PMDB precisava de apoio no congresso para garantir a vitória nas eleições indiretas, aceitou compor com o PFL, consolidando o primeiro governo de coalizão pós-redemocratização, como vimos muitos outros depois, PT, PMDB e PP (sucessor do PDS) é o mais recente deles. Este contexto político é fundamental para compreendermos bem as forças que atuaram na redação da constituição de 88 e suas motivações. O texto foi o resultado da composição das aspirações daqueles que perderam direitos políticos, sofreram perseguições e até foram obrigados a viver no exílio durante a ditadura com os que foram a elite nos anos de chumbo, que apoiaram perseguições e se beneficiaram da ditadura. Estes queriam leis que dificultassem o revanchismo dos antes perseguidos, que mantivessem seus benefícios, o status quo. Aqueles buscavam mecanismos que dificultassem novas rupturas e perseguições, que conferissem máxima estabilidade ao cumprimento de mandatos democraticamente eleitos. Essa mistura resultou num garantismo extremo, um manto de

¹⁶ John Rawls, 2007, 110

proteção que dificultou sobremaneira a punição de malfeitos e nos trouxe a esse ponto em que não conseguimos enxergar justiça na nossa sociedade. Presidiários que deixam a cadeia para assumir mandatos políticos, um escárnio com o cidadão que trabalha duro para pagar o salário para que criminosos definam leis que terão impactos diretos no cotidiano dos honestos.

Não há caso mais gritante que o do deputado carioca Celso Jacob, ele exerce seu mandato de deputado federal, mesmo tendo sido condenado por falsificação de documento e estando preso em regime semiaberto. Como precisa trabalhar para poder deixar a cadeia durante o dia, muitas vezes, geralmente às sextas-feiras ou pontes de feriados, é o único parlamentar a registrar presença na câmara. Ou seja, um cidadão não pode participar de um concurso público se não conseguir comprovar reputação ilibada, mas pode definir o futuro de um presidente da república? É isso mesmo, definir o futuro de um presidente da república! Michel Temer foi flagrado em diálogos inaceitáveis com um empresário sabidamente corrupto, o mesmo que emprestou jatos ao ministro Fachin e apoiou sua condução ao STF, em que incentivou este mesmo empresário a continuar dando dinheiro a outro deputado preso para que seus crimes não fossem revelados, uma flagrante quebra de decoro. Então, houve votação na câmara para decidir se o presidente poderia ou não ser processado por isso, 171 votos livrariam o presidente da justiça e, por ironia do destino, foi exatamente de Celso Jacob o 171º voto que garantiu a permanência de Temer na presidência, sem responder imediatamente por seus atos. Fatos como esses são desagregadores, destroem qualquer resquício que haja de coesão social, um grande deboche com aqueles que esperam nas filas dos hospitais, que não tem o que comer ou onde morar.

Situações como esta merecem uma reflexão: o que é mais caro à sociedade, o risco de uma ou outra injustiça por pontuais punições equivocadas ou o risco de uma desintegração de uma sociedade revoltada com esses absurdos, que busque justiça com as próprias mãos? A teoria dos jogos não deixa dúvidas de que a confiabilidade do sistema é fator fundamental.

Políticos podem ser facilmente substituídos, pela via do voto a cada eleição, por outros que tenham visão mais sintonizada com os anseios da sociedade e que promovam ajustes na lei que eliminem este tipo de desvio. Ministros do supremo com essa atitude podem causar estragos muito grandes no tecido social, neste momento há integrantes da corte com imagens totalmente associadas à impunidade, e não há qualquer expectativa de que deixem o poder tão cedo, o dano é continuado. Sem qualquer juízo de valor, apenas recorrendo à observação

cotidiana, Gilmar Mendes é objeto de piadas diárias, sua figura alimenta a percepção de uma sociedade injusta, permissiva, do compadrio. A atuação do ministro Lewandowski no julgamento da Ação Penal 470, totalmente antagônica à atuação do ministro Barbosa, aliada ao seu comportamento durante julgamento do impeachment da presidente Dilma, preservando seus direitos políticos, em nada contribui para uma sociedade mais pacífica.

Quanto à alternância política, o brasileiro tem um comportamento muito curioso, peculiar e incompreensível, bem traduzido pelo refrão daquela música que diz: “você não vale nada, mas eu gosto de você”. Apesar de problemas crônicos em hospitais, escolas, transportes, corrupção, mesmo assim são frequentes as reeleições no executivo e a baixa renovação do congresso. É muito contraditório dar continuidade ao que está ruim, o que dá razão à expressão cunhada por Nelson Rodrigues, “o complexo de vira-latas”: como se tudo no Brasil fosse feito para dar errado, a população adere ao ruim em vez de lutar pelo bom. Estamos sempre aguardando pela chegada de um salvador da pátria e, enquanto esperamos pelo que nunca virá, políticos como o deputado Sergio Moraes, réu em duas ações penais e que disse se lixar para a opinião pública, renovam seus mandatos com quase 100 mil votos, uma lástima isso ocorrer na era da informação digital e disponível. Como culpar aqueles que veem na força a única saída deste atoleiro? Eles negligenciam a possibilidade de mergulhar num atoleiro ainda mais profundo. Chegamos a um ponto tão crítico que o Instituto Paraná apurou em pesquisa que 43% dos brasileiros dizem aceitar uma ditadura como forma de mudar esse ambiente de iniquidades e privilégios. Outra pesquisa mostra que o exército tem maior confiança popular que a imprensa, sua confiabilidade supera até mesmo a da igreja, o ambiente está conflagrado, vivemos sobre um barril de pólvora, prestes a explodir.

O primeiro capítulo explora a relação entre o governo e o Povo. Os indivíduos têm inclinação natural de se colocar à parte do problema, não compreendem que são parte dele, e a verdade é que colhem frutos do próprio comportamento. Faz até sentido a destruição de bens públicos em manifestações, pois o brasileiro destrói seus próprios bens como autopunição, cidadão inconscientemente, e só inconscientemente, assume a própria culpa pelo estado das coisas. No olho do furacão, a falta de empatia.

CAPÍTULO 2 – EMPATIA ZERO, A PSICOPATIA SOCIAL BRASILEIRA

2.1 Política: Reflexo da práxis social

O primeiro capítulo é dedicado às relações entre estado e cidadão e evidencia a profunda desconexão entre governantes e as aspirações populares, o que alimenta com lenha seca a fogueira em que arde o caos social. Neste capítulo, o homem e suas relações privadas assumem a posição central, com objetivo de demonstrar como a ética social é fator determinante à moldagem do comportamento dos governantes, não o contrário. A sociedade forja seus líderes, estes assumem posições públicas influenciados pela corrompida práxis cotidiana e mantém foco nos próprios benefícios.

Muitos têm visão distinta, os psiquiatras e psicanalistas, Marco Antônio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos, autores do livro “Transexualidade — O Corpo Entre o Sujeito e a Ciência”, por exemplo. Em entrevista à também psicanalista e escritora, Betty Milan, ao explicarem o fato de o Brasil liderar o ranking do crime contra transexuais, travestis, transgêneros e homossexuais, afirmaram:

“É difícil dizer por que o Brasil está em primeiro lugar nesse ranking. Ainda que haja um amplo consenso sobre a precariedade da formação e da educação de crianças e jovens brasileiros, resta algo enigmático na violência manifestada hoje no país de uma forma geral. O mínimo que se pode dizer é que o excesso de violência e criminalidade na população brasileira reflete o caráter endêmico dos crimes de corrupção e a falta de escrúpulos dos governantes.”¹⁷

À visão do autor deste trabalho monográfico, a origem da violência que brota da nossa violenta cultura não apresenta muitos mistérios, resulta de um círculo vicioso realimentado por uma grave falta de empatia, sintoma de uma sociedade enferma. Clara evidência cotidiana desta doença é a descrença que temos em reaver qualquer bem que eventualmente tenhamos perdido em ambientes públicos, o reflexo praticamente instintivo, é de já contabilizar a perda. A devolução daquilo que foi perdido nunca vem desacompanhada de grande surpresa com a atitude de quem devolveu, que deveria ser padrão. A noção de que as coisas devem ser restituídas a seus verdadeiros donos nos impressiona: não seria esta lógica totalmente pervertida, em que a obrigação é transformada em virtude? Como alguém pode sentir-se à vontade com algo que não o pertence, pior, pedir resgate para restituir um celular, ou até mesmo uma aliança de casamento perdida? É o fim, mas não notamos ou não queremos

¹⁷ Milan, Betty, 2017, 1

enxergar isso para tornar menos doloridas as nossas vidas. O Instituto Atuação desenvolveu o Índice de Democracia Local, um estudo que visa a medir a qualidade da democracia nas cidades, neste caso, os dados foram levantados com a participação de 900 moradores de Curitiba. Utilizei esse estudo por ter abordagem similar à desse trabalho, pois ele mede a relação do governo com o povo e a relaciona com a qualidade das relações sociais. Num trecho do relatório final, há menção direta a esse tema: “A democracia também se faz nas comunidades, por meio das associações, das interações civis e da participação em nível local”

¹⁸ O texto continua reforçando que:

“Isso requer entender que a ênfase em nível local é crucial para a alavancagem da cultura democrática: são as sociedades que passam a estipular os desafios e a pensar em soluções adequadas, por meio dos cidadãos, de baixo para cima. Uma cultura política inerte, que dependa de em tudo da força do poder público, não pode ser considerada democracia”.¹⁹

(Fonte: Índice de Democracia Local)

Um resultado assustador, que retomaremos um pouco adiante, veio no quesito nível de confiança interpessoal. Ele mostra que apenas 16% dos entrevistados confiam nos demais cidadãos. Vivemos um ambiente dominado por altas doses de psicopatia social, o brasileiro tem uma baixíssima capacidade de colocar-se no lugar do outro, enxerga a coletividade como inimiga. Em geral, carecem de condições básicas para compreenderem que devem medir suas ações pela mesma régua que gostariam que os outros usassem.

Então, antes de avançar neste capítulo, é mister apresentar a definição de psicopatia, um distúrbio mental grave, fenômeno do campo da psicologia, em que o enfermo apresenta comportamentos antissociais e amorais. O psicopata não é capaz de demonstrar arrependimento ou remorso, de amar, aprender com a experiência, ou desenvolver mínimos laços afetivos com outras pessoas, o que é refletido num egocentrismo extremo.

Um traço característico dos psicopatas é a falta de empatia, eles inclusive nutrem-se, muitas vezes, do sofrimento alheio, sentem prazer com isso. Empatia é exatamente a capacidade de um colocar-se no lugar do outro, levar em conta seus pontos de vista na regulação das próprias atitudes. Para explorar melhor este quesito, recorro a outra pesquisa

¹⁸ Índice de democracia local, 2018

¹⁹ Índice de democracia local, 2018

mais ampla, realizada pela universidade norte americana de Michigan State com as populações de diversos países. Com base na análise de mais de 100 mil questionários, foi gerada uma medida da compaixão dos habitantes locais no trato com outras pessoas, a conclusão é que o Brasil vai de muito mal a muito pior. Amargamos uma 51ª posição, sem surpresas para quem está acostumado ao caos do nosso cotidiano repleto de egocentrismo e visão desagregada da sociedade, em que o outro é opositor, obstáculo.

Estamos numa espiral autodestrutiva, o modus operandi estatal e civil são idênticos: facções de tráfico de drogas também exploram a população mais carente que já sofre os impactos mais básicos da falta de recursos e cobram sobretaxas na venda de botijões de gás, por exemplo. As milícias agem de forma similar, criam e impõem, com seus exércitos paramilitares, seus próprios tributos nas áreas em que atuam, cobram taxas de suposta prestação de serviço de segurança. Nada disso difere da realidade vivida nos presídios, áreas mantidas pelo estado, mas também balizadas por constituições próprias, outorgadas pelos mais perigosos criminosos do Brasil. Lideranças das facções de presidiários implementam a pena de morte, julgam seus inimigos e os decapitam sem qualquer tipo de punição.

Não há também como alegar ser este um fenômeno restrito às relações nas camadas sociais de menor poder aquisitivo e nível educacional, argumento que não se sustenta se confrontado com a posição no IDH de países que figuram entre os dez líderes do ranking, que são bastante mesclados: Equador, Arábia Saudita, Peru, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul, Estados Unidos, Taiwan, Costa Rica e Kuwait. O padrão egoísta brasileiro também se revela nas relações civis que envolvem cidadãos dos mais abastados, exemplo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que teve seus últimos quatro presidentes envolvidos com questões penais graves. O último deles, Marin, foi condenado e preso nos Estados Unidos por corrupção. O atual presidente está impossibilitado de representar a seleção no exterior, caso insista, será preso pela Interpol. Nada disso é capaz de impor o mínimo constrangimento à manutenção de tais figuras no comando da entidade, desfaçatez é a regra do jogo. Essa também não é exclusividade do futebol, sobre o Comitê Olímpico Brasileiro também pesa a acusação de suborno a dirigentes de outras confederações para que votassem na candidatura do Rio de Janeiro na disputa para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Há casos similares em profusão, como nas confederações de natação, no Vôlei.

Enfim, onde quer que haja poder e dinheiro, os exemplos negativos transbordam, a malandragem é institucionalizada. Mantendo o padrão surrealista das nossas relações sociais, até padres da igreja católica têm sido flagrados apropriando-se das doações dos fiéis às Igrejas, isso para não mencionar os tristes casos de pedofilia que assustam a sociedade, e completam o sepultamento da confiança mútua. Não encontramos paz e colaboração absoluta nem mesmo em ambientes religiosos.

2.2 O homem no centro do problema

A coincidência entre os dois cenários, público e privado, é que ambos têm o fator humano no centro. Para que funcionem, instituições necessitam de pessoas, estas naturalmente têm seus intelectos e conceitos de normalidade forjados na realidade cotidiana em que estão imersas. A construção da realidade não distingue personagens, influencia a todos e, assim como dirigentes de futebol, políticos vêm da sociedade, não são criados em marte ou brotam espontaneamente da terra para governá-la. O combustível desta crise é o homem e seu intelecto, neste estágio parecem inócuas campanhas que pregam voto mais consciente como solução. Enquanto não promovermos um drástico câmbio na forma como o percebemos o mundo e os semelhantes, somente mudarão nomes e CPF's dos políticos, as práticas deletérias remanescerão. O comportamento dos humanos investidos em funções públicas é um reflexo do comportamento geral, manifestação da essência.

Níveis tão baixos de confiança em todas as instituições, incluindo imprensa e igreja, são indicativos de que não confiamos em nós mesmos, percebemos os outros como adversários, verdadeiras ameaças ao nosso bem-estar. Com base nessa premissa, não parece excessiva a afirmação de que o brasileiro se enxerga como sendo eminentemente agressivo, amoral, mau. Não são necessárias inferências neste campo, o resultado apurado pelo Índice de Democracia Local é autoexplicativo, mostra níveis alarmantes de falta de confiança entre os indivíduos, a citar apenas 15% dos curitibanos acreditam na confiabilidade dos seus semelhantes. A maioria esmagadora diz confiar apenas em familiares e nos amigos mais próximos, um indicador do teor de incertezas dos dias atuais.

Foi exatamente a percepção da natureza da essência humana que influenciou decisivamente os intelectos de geniais contratualistas, como Hobbes e Rousseau, na idealização das formas mais adequadas de governo às suas sociedades. Os contratualistas enxergam a sociedade como uma criação racional que objetiva superar o estado de natureza e

suas incertezas. No estado convencional, os indivíduos cedem parte de suas liberdades irrestritas às determinações legais, vinculam-se a regras comuns em busca de maior segurança. É a passagem de uma realidade em que tudo é segregado e arriscado a uma maior ordem e estabilidade, em que o estado praticamente monopoliza o direito ao uso da violência.

Rousseau e Hobbes divergiram profundamente na concepção do ser humano no estado de natureza, suas inclinações essenciais, conseqüentemente, na forma mais eficaz de exercício dos poderes pelo Estado e seus limites na busca pela ordem, enfim, a maneira e a parcela ideais de transferência de suas liberdades. Grupos diferentes requerem distintas lideranças e instrumentos de controle, de maior ou menor teor de truculência, isso ficou claro. Hobbes viveu numa sociedade agressiva, na transição da idade média, após a revolução anglicana. Ele via o homem como lobo do próprio homem, tendente a canibalizar os demais na disputa pelas mesmas posses e ideais, que usava sua força para satisfazer os próprios desejos, à medida que a escassez impossibilita a consolidação dos anseios de todos. Neste cenário, somente a força excessiva pode contrapor-se a tal tendência de um constante estado de disputas beligerantes à base da potência muscular.

“Durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens.”²⁰

Neste contexto, deveria o cidadão entregar significativas parcelas de suas liberdades a um soberano que, imbuído deste poder a ele concedido, teria poder ilimitado para tomar decisões mais adequadas à preservação da coletividade e garantia da sobrevivência dos indivíduos.

Em oposição, inspirado pela descoberta das Américas e pela forma de vida aparentemente pacífica de seus habitantes, os índios, Rousseau via o homem como o bom selvagem, puro no estado de natureza, bom em sua essência, apenas vítima de sua inabilidade nata à vida em sociedade. Para Rousseau, a sociedade resulta um pacto de associação entre indivíduos que indicam seus representantes para que ajam em seu nome no processo de tomada coletiva de decisões. Ele questiona frontalmente a ideia Hobbesiana de subordinação popular a um soberano, pois este, humano como os demais (tema de centro desta monografia),

²⁰ Hobbes, *Leviatã* 1974, pag. 79

tende a empregar seus poderes na consolidação dos próprios anseios e vontades. Em sua concepção, a democracia representativa seria o melhor e mais justo meio de preservação da sobrevivência. “A força é um poder físico; não imagino que moralidade possa resultar de seus efeitos. Ceder à força constitui ato de necessidade, não de vontade; quando muito, ato de prudência”²¹

É flagrante a forma como a percepção geral da personalidade dos cidadãos influencia diretamente na escolha do modelo social e no tipo de representação aceito, tirânico ou democrático: No Brasil, principalmente tomando o cotidiano carioca por base, ao considerarmos políticos como Cabral que varejou até mesmo aquele dinheiro reservado à aquisição de próteses hospitalares para os cidadãos carentes, dependentes da abandonada rede pública de saúde, somos levados a afirmar peremptoriamente que Hobbes tinha razão. Parece não existir eficaz solução que não passe pelo emprego de brutal força. Não é por outro motivo que observamos manifestações, como na greve dos caminhoneiros, em que há defesa eloquente da volta da ditadura.

Muitos afirmam ser impossível reduzir a corrupção no setor público, a proximidade dos governantes de tanto dinheiro, aparentemente sem dono, seria irresistível, incentiva o crime, dizem. Esta ideia de a ocasião fazer o ladrão sempre me soou simplista e, de certa forma, perturbadora forma de generalização, uma maneira de dizer as coisas sem chamá-las pelos seus verdadeiros nomes, uma camuflagem da realidade, muito comum nas relações privadas. Por exemplo, quando um cônjuge agride verbal ou fisicamente o outro, logo surge o ciúme como vilão, forma mais sutil de dizer que alguém é agressivo, descontrolado e sem autoconfiança. Ou quando um cônjuge diz temer que tentações induziram seu par a trair, em vez de admitir que o parceiro não é confiável. A cultura ocidental apresenta fortes traços de passividade e vitimização, o problema está sempre nas más companhias, o inferno são os outros, o diabo é aquele que induz, nunca o que indica o que não fazer. Para isso é preciso discernimento e esforço próprio, culpar elementos externos, sem controle, mais simples.

Se a ocasião fizesse o ladrão, não existiriam exemplos de nações com modelos mais justos de sociedade, caso do Japão, dos países nórdicos, que não podem ser olvidados, até mesmo os Estados Unidos. Se o ser humano é mau em essência, como explicar países com

²¹ ROUSSEAU, 1997, p. 59

baixíssima taxa de corrupção, DNA superior? Não apostaria nisso. Antiguidade da cultura não deve ser fundamental, mesmo o berço da humanidade o continente africano, seus países permanecem na pré-história das relações sociais, como o Brasil. Os africanos têm tradição de agrupamentos tribais com tensas relações de antagonismo, culturas segmentadas, sem tradição de colaboração. Similares às torcidas de futebol no Brasil, apesar de compartilharem o mesmo gosto pelo esporte, querem o pior aos adversários, vistos como inimigos a serem aniquilados, o que impede a união de forças em busca de saídas para o resgate dos clubes falidos. Afetividade e simpatia extravagante também não são marcas dos nórdicos, então o que nos faz tão diferentes?

Um traço comum a essas sociedades é a tradição guerreira aliada a forte sentimento de patriotismo, reconhecimento da importância dos compatriotas na manutenção de suas próprias vidas. Nestes casos, há uma agenda comum que incentiva a empatia, a colaboração, que garante melhores condições de vida a todos, mesmo em tempos de paz, os benefícios ficam mais evidentes.

A PHD em psicologia, Arielle Baskin-Sommers, professora da Universidade de Yale, desenvolveu estudo que traz certa esperança ao brasileiro por comprovar a possibilidade de estímulo da empatia através do intelecto, uma indicação de que nossa cambaleante sociedade pode superar essa horrenda psicopatia. O experimento publicado na *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS) foi desenvolvido com 106 detentos da penitenciária estadual de Connecticut, EUA, que responderam testes de personalidade destinados a identificar personalidades psicopatas: 22 internos foram enquadrados como psicopatas. Depois, foram organizadas tarefas para medir a capacidade cognitiva dos pesquisados, que observaram outras pessoas e depois foram perguntados sobre o que conseguiram captar dos sentimentos aparentes dos observados. Diferente dos demais, os 22 psicopatas não conseguiram captar automaticamente os sentimentos dos outros indivíduos, uma reação geralmente automática. Por exemplo, a uma pessoa normal que apresente uma palestra em público e intui o tédio de alguém que boceje incessantemente, ou o entusiasmo de alguém que mantém olhar fixo no apresentador. Porém, ao repetir a tarefa precedida de orientações expressas, mediante estímulos, aqueles enquadrados como psicopatas, quando diretamente solicitados a observar reações alheias, se mostraram mais capazes desta compreensão. Concluiu-se que o psicopata tem dificuldade de relevar instintivamente o sentimento do outro, mas que o estímulo intelectual ajuda na obtenção de resultados muito mais satisfatórios.

Nas sociedades mais justas, a guerra e os laços de cumplicidade que ela cria parecem conscientizar a população do valor da sociedade de maneira forçosa. Para sairmos do caos que nós mesmos criamos, entrar em guerra não seria forma inteligente. Estamos em plena era da informação, da tecnologia, que pode ser valiosa aliada na reversão do dramático quadro, mas que requer ações sábias, que evitem o lugar comum. Canais de comunicação em massa e o governo são as instituições mais visíveis, com maior poder de penetração nas comunidades longínquas deste país com dimensões continentais. O brasileiro é muito criativo, profissionais e veículos de qualidade internacionalmente reconhecida são matérias primas suficiente para transformar a realidade. Canais de televisão e rádio são concessões públicas, devem ser utilizadas em benefício geral, não podem ficar à mercê de vontades meramente políticas ou econômicas. Este tema será retomado no último capítulo.

A falta de empatia é muito grave, o clima é de raiva coletiva e afeta todos, sem distinção, ricos e pobres, jovens e velhos, amarelos, brancos, negros e pardos. Pelo Atlas da Violência de 2017, preparado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que analisa os números e as taxas de homicídio no país entre 2005 e 2015, o Brasil registrou nada menos que 59.080 homicídios em 2015, ou seja, 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Apenas 2% dos municípios brasileiros (111) respondiam, em 2015, por metade dos casos de homicídio no país, e 10% dos municípios (557) concentraram 76,5% do total de mortes.²²

O Brasil é o país dos crimes de ódio, só a polícia civil de São Paulo, entre janeiro e agosto de 2016, registrou média de 2 crimes diários deste tipo, sem considerar ocorrências que nem chegam a ser registradas. Foram principalmente ataques contra negros, gays, imigrantes ou por motivações religiosas, feitos em geral por jovens, entre 18 e 30 anos, brancos. Outros estados não têm panorama diferente, Roraima vem experimentando agressivos ataques contra imigrantes venezuelanos, que fogem do terror de uma ditadura sanguinária para encontrarem mais ainda mais adversidades no país vizinho.²³

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1934809-um-crime-de-odio-e-registrado-a-cada-12-horas-na-cidade-de-sao-paulo.shtml>

À Folha de São Paulo, Marcelo Haydu, diretor do Instituto de Reintegração do Refugiado, diz terem crescido manifestações de intolerância contra a vida de refugiados e

²² Fonte: Atlas da Violência 2017

²³ Folha de SP, 2017

imigrantes negros no Brasil. “O problema para essas pessoas não é a vinda de estrangeiros, mas quem são esses estrangeiros. É um recorte claro contra raça e religião, contra os imigrantes negros de países pobres”. Haydu ainda afirma que o desemprego em alta e as instabilidades política e econômica são combustíveis para o crescimento do ódio contra esses grupos, mas enxergo o contexto de forma ligeiramente distinta. Adilson José Moreira, professor de direitos humanos na Universidade Presbiteriana Mackenzie destaca que o discurso de ódio tem sido usado de forma estratégica para fins políticos. O professor mostra uma visão muito similar àquela que direciona este trabalho monográfico, ao afirmar: “É necessária uma transformação no campo cultural, eliminar da cabeça das pessoas de que são melhores por serem brancas, homens e heterossexuais”.

Toda ação provoca uma reação na mesma intensidade e em sentido oposto, o preconceito gera resistência e situações igualmente indesejáveis, o ciclo de violência precisa ser quebrado em todas suas vertentes. É necessário um câmbio de consciência geral, tanto de agressores como agredidos, todos compreenderem o impacto da contribuição dos demais no próprio bem estar, só assim chegaremos a uma sociedade mais coesa. Direitos fundamentais inobservados, liberdade maculada por recorrentes casos de relações de trabalho em condições análogas à escravidão, alto analfabetismo e a falta de acesso à saúde comprometem a igualdade, como pensar em solidariedade num país que precisa reprimir o racismo com tipificação no código penal? A música “Apesar de você”, de Chico Buarque, publicada em 1978 em protesto à ditadura, continua atual e traduz bem como o brasileiro enxerga a sociedade: “Apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Impossível pensarmos em fraternidade desta maneira, sem base não há avanços.

Vivemos num triste cenário medieval, uma guerra de todos contra todos, a falta de empatia não é exclusividade de governantes, somos individualistas, patrimonialistas, num país em que o “você sabe com quem está falando?” funciona. O trânsito nas cidades é um bom péssimo exemplo: é muito corriqueiro flagrar motoristas ao celular, enviando mensagens de texto, ignorando o risco que trazem à integridade dos demais e à deles próprios. A quantidade de multas por uso de celular ao volante triplicou entre 2015 e 2016. Na lista de prioridades deste motorista, seu direito a utilizar um aparelho eletrônico é mais relevante que a eventual integridade de uma ou algumas vidas. Aqui não vai nenhuma carga de julgamento, difícil encontrar uma pessoa que nunca tenha cometido esse ou outros deslizes similares, mas é necessário aprender com os próprios erros e ter o compromisso de eliminá-los. Motoristas de

ônibus, que deveriam garantir a integridade dos passageiros, costumeiramente desrespeitam limites de velocidade das vias, arriscam vidas. E o brasileiro raramente reclama ou exige respeito às regras, a síndrome de vira-latas ataca e consolida a triste ideia de que neste país tudo é feito para dar errado, que essa é a maneira como tudo sempre será. Os exemplos são fartos, o uso das ciclovias também não é menos agressivo, o baixo índice de adesão ilustra bem como o brasileiro é avesso a regras, o país onde as leis não pegam.

3.3 Crise de Confiança

Para curar qualquer enfermidade, temos que identificá-la antes, aceitar os fatos, mas não é isso que constatamos nas redes sociais, lotadas de indignação com a falta de cidadania alheia. Um desavisado, vendo o Facebook, pode acreditar que os governantes e seus agentes mantêm os bons selvagens como reféns. São protestos inflamados contra corrupção, com uma rigidez não aplicada na auto-avaliação, o problema está sempre fora, quando olhamos para dentro só vemos virtudes. Pequenos delitos pessoais são simploriamente justificados: "o sistema nos força a esses comportamentos" ou que "se eu não fizer assim, os outros farão e me passarão para trás". É este o tema abordado na matéria "Brasileiros confessam suas pequenas corrupções", assinada pelas jornalistas Gabriela Varela e Luiza Souto, da Revista Época. O subtítulo: "Críticos ferrenhos da corrupção na esfera pública, mas tentando se dar bem no âmbito privado, brasileiros confessam suas pequenas corrupções. Eles contam, mas não mostram o rosto".

"Ao contrário do tratamento duro que dispensam a políticos ou a empresários, os brasileiros comuns adotam regras mais maleáveis, flexíveis e suaves ao julgar suas incursões pelo mundo das irregularidades. A pesquisadora K., de 34 anos, perdeu a mãe em 2016, o combate à doença que a matou durou dois anos, ao final ela e o irmão estavam atolados em dívidas. O irmão, que tinha o nome sujo, havia comprado um carro financiado no nome da mãe. Para sanar metade do problema, ele decidiu vender o veículo, mas, para transferir a titularidade e poder vender o carro, era preciso fazer o inventário, o que levaria tempo. Os irmãos decidiram então falsificar a assinatura da falecida e fazer o procedimento com data retroativa. "Demos um jeitinho brasileiro. A burocracia deste país nos obriga a fazer essas coisas", disse o irmão. "Não tinha o que fazer. Mas somos supercontra a corrupção"²⁴,

²⁴ Revista Época, 2018

complementou K. Eles adotam o comportamento padrão dos brasileiros, não chamam as coisas pelos seus nomes, eufemismos amenizam aquilo que resistem encarar de frente.

O raciocínio dos dois é comum nos milhões de episódios de delitos praticados no cotidiano. Primeiro, um ato de corrupção, um crime, é tratado com um eufemismo socialmente aceito, chamado de “jeitinho” — que nada mais é do que uma burla na lei. Ao explicar o que fizeram, ambos culpam um agente externo — pode ser a burocracia, as empresas — e se colocam no papel de reféns de um sistema. Outro ponto comum: os irmãos fazem questão de se dizer contrários a qualquer tipo de suborno, apesar de terem cometido um ato irregular... A propósito: falsificar assinatura e documentos são ambos crimes, cada um deles com pena prevista de um a três anos de prisão.”²⁵

O corretor de imóveis falsifica a comprovação de renda de seus clientes para facilitar a aprovação de financiamentos; a motivação alegada é realizar o sonho de clientes. Omite que o objetivo principal é garantir a própria comissão, burlando controles. “Sabemos que não é correto, mas precisamos garantir o nosso e também ajudá-los a realizar o sonho da casa própria. Tão bom ver a pessoa que ganha seu dinheirinho suado ter uma casa legal.” Não há qualquer preocupação com os lesados, falta de empatia ao brasileiro, concentrado em garantir benefícios próprios, independente das consequências. É costume as pessoas descumprirem a norma quando não enxergam um prejuízo concreto aos semelhantes ou quando não confiam na legitimidade da lei. A FGV, em 2016, mediu o *Índice de percepção do cumprimento da lei*, entrevistados colocados na posição de avaliar a atuação de outras pessoas relatam a impressão de que a população em geral não tem o costume de cumprir a lei. 81% dos entrevistados afirmaram que, sempre que possível, escolhem dar um “jeitinho” em vez de seguir as normas, da mesma forma, 76% acreditam que é fácil desobedecer às leis do país.

O biólogo evolutivo Richard Dawkins escreveu importante livro em 1976, chamado “O gene egoísta”, nele, busca na genética explicações para o individualismo. Acredita que os organismos limitam-se ao papel de instrumentos inconscientes de perpetuação dos genes, das amebas aos elefantes. Não há interferência cruzada no processo de replicação dos genes, porém, como os recursos vitais disponíveis são finitos, impulsionados pela seleção natural, os replicadores competem entre si, usam recursos corporais como vantagem competitiva, o que potencializa suas chances de replicação. À medida que todo ser vivo é programado para privilegiar a replicação dos próprios genes, somos inconscientemente impelidos ao individualismo.

²⁵ Revista Época, 2018

“Fique advertido que se você desejar, como eu o desejo, construir uma sociedade na qual os indivíduos cooperem generosa e desinteressadamente para um bem comum, você poderá esperar pouca ajuda da natureza biológica. Tentemos ensinar generosidade e altruísmo, porque nascemos egoístas. Compreendamos o que nossos próprios genes egoístas tramam, porque assim, pelo menos, poderemos ter a chance de frustrar seus intentos, uma coisa que nenhuma outra espécie jamais?”²⁶

O altruísmo é mostrado como mecanismo que aumenta as probabilidades de replicação do código genético como, por exemplo, em colônias de abelhas, em que os indivíduos descendem de uma mesma rainha e conseqüentemente carregam códigos genéticos com 75% de similaridade, mais parecidos geneticamente que irmãos humanos. É muito eficaz o mecanismo de defesa das abelhas operárias de aferroar eventuais ladrões de mel, mas um comportamento suicida. Com a picada, é comum que órgãos internos vitais sejam arrancados, matando-as logo em seguida, ou seja, sua missão pode garantir a quantidade suficiente de nutrientes à resistência da colmeia, mas ela mesmo não sobrevive para desfrutar. Essa teoria justifica o especial valor que conferimos a graus de parentesco, mais fortes conforme a maior proximidade genética dos indivíduos. Dawkins alega que um olhar mais detalhado revela motivações egoístas por trás de supostos atos de altruísmo: pais, filhos e irmãos têm códigos genéticos mais semelhantes entre si, a nossa predisposição a protegê-los com mais afinco mostra, em última instância, um mecanismo que visa a perenidade da linhagem genética.

“Os atos mais comuns e mais conspícuos de altruísmo animal são realizados pelos pais, especialmente pelas mães, em relação a seus filhos. Eles podem incubá-los, ou em ninhos ou em seus próprios corpos, alimentá-los com enormes sacrifícios para si e correr grandes riscos ao protegê-los de predadores. Para citar apenas um exemplo particular, muitos pássaros que nidificam no chão realizam o chamado "comportamento de distração" quando um predador, como uma raposa, se aproxima. Um dos pais afasta-se do ninho maneando, mantendo uma asa aberta como se ela estivesse quebrada. O predador, percebendo uma presa fácil, é atraído para longe do ninho contendo os filhotes. Finalmente a ave cessa seu fingimento e lança-se ao ar exatamente à tempo de escapar das mandíbulas da raposa. Ela provavelmente terá salvo a vida de seus filhotes, mas com algum risco para si.”

Dawkins sinaliza que o que é ruim pode ser piorado pelo processo evolutivo, os genes com traços mais altruístas, por serem mais dispostos a correr riscos em benefício de terceiros, estão mais expostos à extinção que os egoístas, concentrados na defesa da própria existência. É como no jogo da mentira em que falar a verdade torna-se uma vulnerabilidade. Mas a viés do autor não é negativista, ele firma haver saída pela cultura e pelo intelecto, já que o homem consegue ter noção racional da natureza de sua existência, a saída deste círculo vicioso.

²⁶ Dawkins, Richard, 2007, 12

Como corolário dessas observações sobre ensino, é uma falácia – e, a propósito, bastante comum – supor que características herdadas geneticamente são por definição fixas e inalteráveis. Nossos genes poderão nos instruir a ser egoístas, mas não estamos necessariamente compelidos a obedecê-los por toda nossa vida... Entre os animais, o homem é dominado de maneira singular pela cultura, pelas influências aprendidas e transmitidas. Alguns diriam que a cultura é tão importante que os genes, egoístas ou não, são virtualmente irrelevantes para a compreensão da natureza humana.²⁷

Essa compreensão da natureza humana é fundamental para atingirmos um termo comportamental aceitável, que leve a um convívio menos violento, uma revolução intelectual que mude rumos. Insistir na benevolência com escolhidos, "aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei", só traz consequências perversas, com impactos deletérios na comunidade. "A questão da confiança é crucial à cultura democrática, sem ela, o sentido comunitário desfaz-se. A confiança mútua gera uma rede de relações recíprocas, a "liga" que conecta a sociedade, mostra a teoria dos jogos que o cenário de descumprimento generalizado de regras tende a lançar o grupo em uma espiral autodestrutiva. É um estudo do processo decisório em relações de competição e colaboração, trata da escolha entre a cooperação e a traição dos indivíduos envolvidos em decisões interdependentes. O exemplo clássico que ilustra essa teoria é o dilema do prisioneiro, em que dois suspeitos de um crime são presos, porém as autoridades não têm provas suficientes para condenar um ou outro. Eles são separados e recebem a mesma proposta de acordo que o outro recebeu, sendo suas regras:

Hipótese 1: Se um dos prisioneiros confessar o crime e o outro permanecer silente, quem confessou sai livre e quem se silenciou ganha uma pena de 10 anos.

Hipótese 2: Se ambos permanecerem silentes, recebem 6 meses de pena cada.

Hipótese 3: Se ambos acusarem o outro, cada um ganha uma pena de 5 anos.

Uma rápida avaliação aponta que o melhor resultado global está na alternativa em que os jogadores colaboram entre si, permanecem silentes e cada um pega 6 meses de punição. Neste cenário, são amenizadas as perdas da própria sociedade, ela deixa de contar com a força de trabalho dos encarcerados por apenas 12 meses e igualmente tem que sustentar esses detentos sob a guarda do Estado pelo mesmo período. Sem o mínimo de confiança entre as partes o resultado é catastrófico, cada um tentará afastar o risco do pior cenário e tenderá à traição, ser condenado sozinho a 10 anos, o ser humano já é naturalmente avesso a grandes

²⁷ Dawkins, Richard, 2007, 12

riscos, recorre a essa espécie de seguro contra a possibilidade de longa jornada no cárcere. Convivermos em desconfiança geral, os cidadãos recorrem a táticas defensivistas, egoístas, que penalizam a sociedade de forma reiterada. A sociedade já está desordenada, sem ter como absorver tantas agressões, antes da total desintegração da democracia precisamos interromper o círculo vicioso, somos mais de 200 milhões de habitantes, precisamos de ordem.

A Teoria dos Jogos esclarece que a crença em dias mais justos não é apenas um clichê, mas saída única. O sentimento de corpo, esperança e confiança de que todos remam juntos, na mesma direção, magnífica predisposição a sacrifícios individuais mais severos, se aquilo for o melhor para uma causa compartilhada. Retomando o documento final da pesquisa do Índice Local de Democracia, "é necessário que as pessoas confiem umas nas outras, criando laços sociais para resolver os desafios do nível local; precisam confiar nas lideranças, entendendo que há uma coesão social direcionada à resolução dos problemas; e, por fim, precisam acreditar que vivem em uma democracia capaz de garantir que seus esforços deem resultado." Nos países nórdicos os cidadãos carregam pesadíssimas cargas tributárias, superiores a 50% da renda auferida, mas aceitam situação por verem retribuições claras de seus esforços, com paz social, serviços públicos bem prestados, postos em defesa da vida do cidadão. A esperança perdura enquanto se acredita estar perseguindo determinado resultado visto como viável, mas a dureza das relações sociais brasileiras bloqueiam qualquer perspectiva de mudança, estimulando apenas comportamentos defensivistas, nocivos.

Fatores superáveis geram incômodos aos indivíduos, mas quando se perde a esperança em superá-los, entra em cena o sofrimento, a falta de alternativas para sair da situação oprime e leva pessoas a atitudes desesperadas. O sentimento de solidão, abandono, é um dos traços principais da depressão, o autor americano, bem sucedido produtor musical, Daniel Levitin em "A música no seu cérebro" afirma canções tristes da cantora Billie Holiday funcionam como Prozac natural. A sôfrega voz da cantora passa a sensação ao ouvinte de que alguém sofre tanto quanto ele, que se sente acompanhado na dor, afastando o isolamento social.

Outra séria consequência desta situação deteriorada é o escapismo, significativa parcela da população, especialmente aquela composta pelos que dispõem de mais recursos financeiros e intelectuais, desencantada com a elevada tensão social em território nacional, não consegue enxergar futuro no país do passado e deixa o Brasil. Eles migram para países mais estáveis, principalmente Portugal e Estados Unidos, nossa economia sofre os efeitos

colaterais deste movimento. Indivíduos com maior potencial inovador, que dominam novas tecnologias têm mais possibilidades de gerar renda e empregos adicionais numa sociedade que já ostenta mais de 13 milhões de desempregados e com perfil populacional em pleno envelhecimento. Se a massa de trabalhadores na ativa não for encorpada, fatalmente seguiremos em direção a um completo colapso na previdência, que já apresenta déficits alarmantes. Ainda tem a imigração massiva de haitianos e venezuelanos a adicionar dramaticidade à nossa realidade, como alerta Sérgio Garschagen no blog Os Divergentes.

Sergio Garschagen diz que as nações mais ricas devem pensar seriamente em aumentar os investimentos nos países abaixo do Equador, como feito na China pelos últimos trinta anos. A drástica redução de mão de obra qualificada disponível, perdida neste processo emigratório, reduz potencialmente a atratividade do Brasil para investimentos. Muito mais importantes que o estímulo à criação de postos de trabalho são as ações para tornar o país socialmente mais atrativo, reter as camadas mais capacitadas. Não é nessa direção que aponta pesquisa realizada pelo Datafolha, perguntando aos entrevistados sobre a disposição que teriam de deixar o Brasil caso reunissem todas as condições para isso. O resultado é estarrecedor, mostra uma legião de reféns numa realidade indesejável. Não menos que 62% dos jovens entre 16 e 24 anos manifestaram vontade de deixar o Brasil. 56% dos portadores de diplomas universitários estão desencantados com o país. Entre os integrantes das classes A e B, 51% deixariam o Brasil se pudessem. O último a sair que apague as luzes.²⁸

O problema é agravado ao longo do tempo, superlotação dos centros urbanos, quanto mais tempo até consolidarmos medidas efetivas, a população se multiplicará e a complexidade da tarefa crescerá exponencialmente, a raiz do problema precisa ser atacada. Não precisamos arrumar guerra com ninguém para buscar essa unidade, a revolução educacional da Coreia do Sul é exemplo. Aqui, a tecnologia é subutilizada, apenas empregada em serviços óbvios, como a criação de sites de repartições públicas na internet, com pouca ou baixíssima utilidade, sem aproximar o povo do poder. Publicação de vencimentos de alguns integrantes do funcionalismo e cópias das prestações de contas de políticos foram bons mas tímidos avanços, não exploram o poder da tecnologia para tornar a democracia mais participativa. Por sua vez, a população adota a tecnologia para se conectar de formas cada vez mais efetivas,

²⁸ Garschagen, Sergio, 2018, 1

como na greve dos caminhoneiros, mobilizada por redes sociais, com liderança descentralizada, mostrando que não nos falta criatividade, mas ímpeto.

A sociedade está em movimento, isso não se pode negar, prova disso são as evoluções sociais que vimos experimentando nos últimos tempos. A mudança na forma de encarar temas delicados como assédio, liberdade sexual, equilíbrio entre homens e mulheres, tudo isso acende uma chama de esperança numa saída para o Brasil. Os líderes precisam mudar, mas a mobilização começa pela sociedade, no caso dos agentes privados do direito. Um bom começo seria começarmos a questionar fortemente as questões morais de advogados aceitarem polpudos honorários sem a menor preocupação em garantir fonte lícita de seus pagamentos. Na mesma intensidade, deve todo cidadão também preocupar-se com a origem de produtos que adquire, por exemplo, quando compra um produto de camelô, sem comprovação de origem, o descuido é idêntico. Não adianta estimular, financiar, práticas criminosas como o roubo de cargas, sentar à frente da tevê e reclamar diante de matérias jornalísticas que mostram como o governo perdeu totalmente o controle da situação. Trazendo essa realidade ao mundo jurídico, os advogados, por sua vez, também devem se preocupar com a origem dos recursos empregados em seus honorários.

Enfim, como começar a busca por soluções, pela via da ditadura ou pela condução guiada de uma instituição democrática? Sendo a nossa escolha pela democracia, por seu menor índice de rejeição popular, o STF mostra-se a instituição com maior vocação para a tarefa, pelo menos por enquanto, já que o comportamento de alguns ministros mina essa confiança de forma constante. A possibilidade de se instalar uma ditadura do judiciário é um risco com que teremos que conviver, por enquanto, mas, se não for esse o caminho, uma eventual desintegração completa da sociedade parece uma ameaça muito mais aterradora. No próximo capítulo, será abordada a trajetória recente do STF e as flagrantes contradições dos seus ministros e do próprio processo de indicação dos novos titulares das cadeiras do Supremo.

CAPÍTULO 3 – A JUSTIÇA

3.1 O Supremo é POP

Abalos atingem a democracia brasileira desde seu início, após o ocaso da ditadura militar que dominou o país por 21 anos. De quatro presidentes eleitos pelo voto direto, só dois cumpriram seus mandatos completos, um deles preso por corrupção. Após o mensalão, surgiu uma sequência vertiginosa de escândalos, as transmissões dos julgamentos na TV Justiça deixaram concorridos os lugares à frente da tv. A suprema corte, em meio a tanta desordem, ocupou lugar de destaque no imaginário popular como a última trincheira contra a corrupção. O STF virou pop, ministros mais conhecidos que os onze titulares da seleção brasileira de futebol. Com o descrédito dos poderes, o judiciário exerce uma supremacia institucional.

Essa superexposição também cobra seu preço: a aproximação entre a corte e cidadão deixa expostas contradições que o poder judiciário também ostenta. Efeito reverso já bem evidente nas ásperas e inadequadas discussões plenárias no julgamento da ação penal 470. Fatos gravíssimos chegam ao conhecimento público de forma quase imediata, comprometendo a imagem do STF e da própria democracia. Em certa ocasião, no julgamento dos embargos infringentes da mesma ação, o ministro Barbosa criticou frontalmente a atuação do então recém nomeado ministro, Luiz Barroso, acusando-o de atuar na corte como se advogado de defesa de partido político fosse. Segundo Barbosa, o novato parecia advogar para bandidos. No mesmo ano, 2009, durante o julgamento pleno da ADI 2791, Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes protagonizaram outro evento lastimável no pleno do Supremo, abaixo a transcrição das falas:

Joaquim Barbosa - eu sou atento às consequências da minha decisão.

Gilmar Mendes - Todos nós somos. Vossa excelência não tem condições de dar lição de moral.

Joaquim Barbosa - E nem vossa excelência! Vossa excelência está destruindo a justiça deste país. (Gilmar Mendes ri ao fundo)

Joaquim Barbosa - E vem agora dar lição de moral em mim? Saia à rua ministro Gilmar, saia à rua.

Carlos Ayres Britto - ministro Joaquim, nós já superamos essa discussão.

Joaquim Barbosa - Vossa excelência [Gilmar Mendes] não tem nenhuma condição...

Gilmar Mendes - Eu estou na rua ministro Joaquim.

Joaquim Barbosa - Vossa excelência não está não. Vossa excelência está na mídia destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro. Quando vossa excelência se dirige a mim, não está falando com os seus capangas no Mato Grosso, ministro Gilmar.

O momento requer cuidados, nada mais que 3,4% dos brasileiros dizem confiar no presidente da república, e nada menos que 68% dos brasileiros apoiam a dissolução imediata do congresso nacional. O STF precisa atuar como viga central da democracia, danos à imagem da corte podem ter graves consequências. A inércia dos demais poderes força temas fundamentais à sociedade ao crivo dos juízes, assuntos que, em condições normais, estariam restritos ao universo político. Naturalmente, dificulta a tarefa do judiciário de manter-se dentro dos limites da função jurisdicional quando há casos de invasão, por exemplo, da competência legislativa com a criação de direitos não previstos no ordenamento. Esse fenômeno chama-se ativismo judicial, julgadores atuando como verdadeiros legisladores, como vimos no tema dos fetos anencéfalos ou da união estável entre pessoas do mesmo gênero.

Dalmo Dalari, em “Elementos da teoria geral do Estado”, detalha bem o tema da divisão de seus poderes por seus órgãos e a relação entre eles. A moderação destacada pelo professor atualmente não é observada com frequência:

“O sistema de separação dos poderes, consagrado nas Constituições de quase todo o mundo, foi associado à ideia de Estado democrático e deu origem a uma engenhosa construção doutrinária, conhecida como sistema de freios e contrapesos. Segundo essa teoria, os atos que o Estado pratica podem ser de duas espécies: ou são atos gerais, ou são especiais. Os atos gerais, que só podem ser praticados pelo Poder Legislativo, constituem-se a emissão de regras gerais e abstratas, não se sabendo, no momento de serem emitidas, a quem elas irão atingir. Dessa forma, o Poder Legislativo só pratica atos gerais, não atua concretamente na vida social, não tendo meios de cometer abusos de poder nem para beneficiar ou prejudicar a uma pessoa ou a um grupo em particular. Só depois de emitida a norma geral é que se abre a possibilidade de atuação do Poder Executivo, por meio de atos especiais. O Executivo dispõe de meios concretos para agir, mas está igualmente impossibilitado de atuar discricionariamente, porque todos os seus atos estão limitados pelos atos gerais praticados pelo Legislativo. E se houver exorbitância de qualquer dos poderes

surge a ação fiscalizadora do Poder Judiciário, obrigando cada um a permanecer nos limites de sua respectiva esfera de competências.²⁹

O executivo exerce regularmente sua função de legislar ao editar uma medida provisória, também é regular o senado julgar o presidente por crime de responsabilidade, em sua função jurisdicional.

Com relação à interpenetração de Poderes[13] do Estado, podemos citar como exemplo a nomeação pelo Presidente da República dos juízes de instâncias superiores, bem como a atividade legislativa exercida através do instituto das Medidas Provisórias. Também vemos as atribuições judiciais do Poder Legislativo, quando este, julga o Presidente da República em crimes de responsabilidade, além das funções legislativas do Poder Judiciário, ao elaborar os regimentos internos de seus Tribunais e ao preencher as lacunas na Lei.³⁰

A questão é que as funções secundárias, atípicas, são exercidas com mais restrições. No caso das MPs, supostamente é necessário demonstrar urgência e relevância e sobre temas limitados, não de maneira ampla e irrestrita. Juízes não têm votos para representar a sociedade em temas políticos, falta-lhes representatividade, sem explorar o impacto à segurança jurídica em razão da alternância de nomes e posições na composição da corte.

Por mais que o poder judiciário queira manter distância de temas políticos, está exposto a sucessivos obstáculos, como a judicialização da política, o judiciário sendo provocado pelos próprios políticos a decidir sobre temas eminentemente do campo político. Destaca-se evento em que o STF foi instado pela Câmara dos Deputados a definir a ordem a ser adotada na votação da admissibilidade do processo de crime de responsabilidade fiscal contra a então presidente, Dilma Rousseff. Claramente, esse é tema de economia interna da Câmara, deveria ser solucionado pelo regimento interno da casa ou pela atividade parlamentar. A regulamentação do direito a greve dos funcionários públicos é outro assunto que lança mais lenha na fogueira em que arde a desintegração social e institucional.

Além dos fenômenos expostos acima, o nível de complexidade da condução do STF cresce à medida que são submetidas questões mais desafiadoras à corte, especificamente as

²⁹ Dallari, Dalmo, 2003, 219-220

³⁰ Ferreira Filho, Manoel, 2007, 137

que impactam interesses ou a liberdade de poderosas autoridades. Em uma delas, determinou a impossibilidade da nomeação do ex-presidente Lula ao ministério do governo Dilma, este supostamente buscava afastar a justiça e se beneficiar das imunidades garantidas pelo cargo. Também o STF precisou decidir sobre a proibição de um réu ocupar cargo na linha direta de sucessão da presidência da república, decisão que deveria cancelar a determinação de imediato afastamento do presidente do Senado, que já havia desrespeitado decisão anteriormente prolatada pelo ministro Marco Aurelio no mesmo sentido.

Imediatamente, os maiores meios de comunicação repercutiram o fato, como deveria ser, espalhando mais desconfianças em melhores dias. A Revista IstoÉ publicou uma matéria intitulada Renancracia. ”Ao desrespeitar decisão do STF, a mais alta Corte da Justiça brasileira, o presidente do Senado Renan Calheiros colocou o país à beira de crise institucional sem precedentes. A questão é como seguiremos daqui para frente.”³¹

Essa é uma mancha na história das relações institucionais brasileiras, seria necessária resposta à altura do judiciário, é inaceitável e arriscadíssimo permitir que as ordens do órgão supremo da justiça sejam ignoradas, irresponsavelmente descumpridas. Como seria se todo brasileiro pudesse decidir acatar ou não ordens judiciais, de acordo com suas próprias razões? O julgamento foi lastimável, tendo o decano que tomar o comando informal da sessão e definir a ementa a ser prolatada, diante da flagrante desorientação da presidente da corte, confusa na condução dos trabalhos, esquivando-se de assumir publicamente sua exata posição.

3.2 Política suprema

O resultado do julgamento, com maioria formada a partir do voto da presidente da corte, Carmem Lucia, foi ainda mais desastrado e contraditório que sua condução, uma evidente acomodação de conveniências inconvenientes. Como o mandato do senador estava ao fim, justificando a posição com a necessidade de estabilidade institucional, os ministros tomaram uma decisão insustentável, agiram de forma política e ideológica numa questão técnica e muito mais séria. A determinação final foi que réus podem ocupar cargos na linha direta da sucessão da presidência, mas, enquanto forem réus, ficam impedidos de assumir a presidência, na vacância do cargo.

³¹ Isto é, 2018

A decisão foi severamente criticada também por políticos, conforme matéria da plataforma de notícias G1, abaixo a declaração do senador Lazier Martins:

"...foi uma acomodação do Supremo, uma acomodação que conspira contra a própria jurisprudência que eles estavam firmando, naquele julgamento da linha sucessória. E eles agora contrariam a própria jurisprudência esboçada para atender conveniências políticas, o que é lamentável. Uma delas [das conveniências] para permitir que o Renan termine o mandato".³²

O embasamento lógico desta decisão não resiste a questionamentos primários, como: o processo de impedimento de um presidente da república só pode ser aceito pelo presidente da Câmara. Então um réu não tem poder para sentar na cadeira de presidente, mas pode decidir incluir ou não pedido de afastamento de presidente na pauta da casa e ainda conduzir todo trâmite de avaliação de admissibilidade? Não exerce o cargo, mas tem poder de derrubar presidente? Não restam dúvidas da atuação politizada, é fundamental que haja controles sociais mais efetivos e simplificados para evitar situações desagregadoras como essa.

Outro pedra no caminho da corte é a decisão sobre a possibilidade de se decretar prisões de réus condenados na segunda instância, essa também mexe com muitos interesses por retirar a efetividade das conhecidas chicanas jurídicas que levam à impunidade. Já houve duas decisões e, após a nova regra definida impactar poderosos da república, que acabaram presos, há ministros que pressionam duramente para que a corte realize uma terceira avaliação do tema, o STF não pode ser contaminado pela casuística política. Somado a isso, devido às prerrogativas especiais de foro em função do cargo público, o supremo precisará julgar as personalidades mais proeminentes do país, a maioria envolvida em corrupção. Decisões contraditórias e insustentáveis, minando em velocidade acelerada, quando mais precisamos dela, minam a confiança conquistada nos últimos anos.

O supremo parece ter entrado em parafuso, e os embates frontais entre ministros continuam a piorar. Durante o julgamento sobre a extinção tribunal de Contas do Ceará (ADI 5763), já em 2018, Gilmar Mendes fez acusações gravíssimas contra o ministro Luiz Roberto Barroso, quando também relembrou sua atuação na AP470, duramente criticada por Barbosa:

³² O Globo, 2018

Gilmar - Gente citando o RJ como exemplo

Barroso - Vossa Excelência deve achar que é o Mato Grosso, todo mundo está preso

Gilmar - Ah, não, no Rio não estão?

Barroso – Aliás, nós prendemos, tem gente que solta!

Gilmar - Vossa excelência quando chegou aqui, soltou José Dirceu

Barroso (desvia do assunto) - Porque recebeu indulto da presidente da república

Gilmar – Não, não, não, vossa excelência julgou os embargos infringentes,

Barroso – Absolutamente, é mentira

Gilmar – Não, não, não

Barroso – É mentira, aliás Vossa excelência normalmente não trabalha com a verdade

Gilmar – Não, não, vossa excelência julgou os embargos infringentes,

Barroso (desvia novamente) – Então, eu gostaria de dizer que José Dirceu foi solto por indulto da presidente da república

Gilmar...Não, não, vossa excelência julgou

Barroso (ainda sem dar a resposta) – Vossa excelência está fazendo um comício que não tem nada que ver com extinção do tribunal de contas do Ceará

Gilmar - Tem, sim, tem sim

Barroso – Vossa excelência está queixoso porque perdeu o caso dos precatórios e está tomando o tempo do plenário com um assunto que não é pertinente para destilar esse ódio constante que Vossa excelência tem e agora o dirige contra o Rio...Vossa excelência fica destilando ódio o tempo inteiro, não julga, não fala coisas racionais, articuladas, sempre fala coisas contra alguém, está sempre com ódio de alguém, está sempre com raiva de alguém

Carmem – Ministros, eu pediria que a gente voltasse ao mérito do caso

Gilmar (ignora a presidente da corte) – Só queria lembrar que os embargos infringentes de Jose Dirceu foram decididos aqui

Carmem – Ministros, se pudéssemos voltar ao caso do tribunal de contas, esse é o caso em julgamento.

Gilmar (ignorando a presidente) Se dizia que o mensalão era caso fora da curva

Barroso – José Dirceu permaneceu preso sob minha jurisdição, inclusive revoguei a prisão domiciliar porque achei imprópria e concedi a ele indulto com base no decreto aprovado pela presidente da república porque ninguém é melhor ou pior que ninguém e portanto apliquei a ele a lei que vale para todo mundo. Quem decidiu foi o Supremo, aliás

não fui eu, porque o Supremo tem 11 ministros, e portanto a maioria entendeu que não havia o crime

Gilmar - Então não venha, então não venha...

Barroso - E depois ele cumpriu a pena e só foi solto por indulto, e mesmo assim permaneceu preso porque estava preso por determinação da 13ª vara criminal de Curitiba, e agora só está solto por que a 2ª turma determinou que ele fosse solto. Portanto, não transfira para mim esta parceria que Vossa excelência tem com a leniência em relação à criminalidade do colarinho branco.

Barroso refutou acusações com afirmações laterais, também sem enfrentar o problema de frente, mencionando suposto indulto presidencial, quando o ponto principal de Mendes referia-se a seus votos no julgamento dos embargos infringentes da AP470. Mais uma vez acusações de que ministros atuem em nome de interesses obscuros, vindos da própria corte. Como pedir confiança da população no STF? Só há duas opções: ou os ministros são irresponsáveis (por fazerem acusações vazias) ou, caso procedentes acusações, cometem crimes diversos. Diálogos deploráveis, totalmente inaceitáveis, não são exclusividade da mais alta corte do país, basta ver o julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE

Apesar deste tipo de ocorrência ser recorrente, nunca mereceram reprovações explícitas dos demais ministros, que preferem a abstenção. Ao serem questionados, costumeiramente alegam ser normal o acirramento dos ânimos durante a discussão jurídica acalorada. Postura distinta foi adotada quando, em 2018, surge um vídeo em que um militar da reserva ataca duramente a presidente em exercício do mesmo TSE, que é chamada de salafária, corrupta e incompetente por, na visão do agressor, ter agido politicamente ao apreciar ação que envolvia o presidenciável de sua preferência. Neste caso, mesmo como sempre deveria ser, logo muitos ministros tomaram os microfones do tribunal e contra-atacaram pesadamente, afirmando confiarem na incorruptibilidade da ministra, classificando como inaceitáveis as palavras do militar da reserva. Não deveriam ter os mesmos zelo com a imagem dos colegas e ênfase quando os ataques vêm de dentro da própria corte? Estes são mais impactantes na opinião pública, ninguém melhor que aqueles que vivem o cotidiano do poder para conhecer a ética corrente, suas palavras têm força e poder destrutivo muito maiores. Será que esse comportamento do militar não teve incentivo exato nas repetidas e irresponsáveis trocas de acusações públicas entre os ministros? Pior ainda num período de

proeminência do STF, cujo dia-a-dia entra em tempo real nas casas de grande parte da população, pela TV Justiça.

Prova de que a imagem da corte vem sendo minada é que apenas 29% dos brasileiros dizem confiar plenamente no Judiciário. Como de costume, os políticos apresentam mais uma solução prosaica para estancar o enfraquecimento do judiciário, tramam o fim das transmissões ao vivo das sessões, pretendem tirar carga de pressão popular dos julgadores com isso. Muitos, como esse autor e o senador Lazier Martins, acreditam que um fator determinante da politização do Supremo é o modelo altamente politizado de indicação dos nomes às cadeiras do STF, conforme preceitos do art. 101 da CF/88:

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.³³

Este cenário apresenta um problema básico, políticos atuam como uma espécie de recursos humanos do judiciário. Seus potenciais julgadores dependem de eventuais réus para avançarem na carreira e alcançar as maiores promoções dentro das possibilidades. A nocividade destes laços de dependência mútua começou ganhar larga notoriedade a partir da entrevista do ministro do Supremo, Luiz Fux, à jornalista Monica Bergamo, para contrapor as acusações do ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, Jose Dirceu. Este deu públicas entrevistas revelando que Fux o havia procurado, em busca de apoio à sua condução ao STF, quando já era o réu mais conhecido do país, no processo do mensalão. Questionado por Dirceu sobre o mensalão,, Fux o prometera “matar o assunto no peito”.

Sentindo-se acuado, Luiz Fux combinou entrevista com a jornalista Monica Bergamo, em que detalhou sua campanha ao Supremo e confirmou sem constrangimento ter procurado apoio em alguém que teria a missão de julgar num futura breve. A frase “Eu mato no peito” não foi negada por Fux que, estranhamente, afirmou desconhecer a condição de réu do Jose Dirceu, este apontado à época pelo ex-procurador geral da república, Roberto Gurgel, como chefe de quadrilha. Fux admitiu também ter procurado personalidades influentes como Delfin Netto, Antonio Palloci (hoje preso por crimes diversos, em tratativa de colaboração premiada

³³ CRFB, Art, 101

com a justiça), João Pedro Stedille, líder do MST (Movimento dos trabalhadores sem Terra), entre outros. Que tipo de influência deveria ter um líder de MST nas indicações do STF? Indício de que o processo está muito errado e precisa de ajustes.

Aspecto interessante é que o reconhecido réu Dirceu não teve pudor em confirmar ter a promessa de benevolência jurisdicional ter influenciado na decisão de apoiar ao aspirante a ministro devido, aguardando manifestações de gratidão pela promoção tão desejada. Gratidão que, aliás, foi tema de conversa entre Lula e o advogado Sigmaringa Seixas, captada pela Polícia Federal em escuta telefônica autorizada pela Justiça, conforme matéria do portal G1:

Lula comenta com Luiz Carlos Sigmaringa Seixas que Rodrigo Janot, procurador-geral da República, recusou quatro pedidos de investigação do senador Aécio Neves, mas aceitou um único contra ele.

“Em seguida, Lula sugere que Janot, como forma de gratidão por ter sido nomeado por ele, não poderia ter aceitado o pedido de investigação: ‘Essa é a gratidão...Essa é a gratidão dele por ele ser Procurador’”³⁴

O teor da conversa transparece que a gratidão é algo que se espera dos agraciados com promoções relevantes, como regra em que comportamento diverso é exceção. Outros grampos mostram estratégias de cooptação ainda mais rasas, como a preparação de dossiê contra um procurador de Rondônia que investigava tráfico de influência de Lula para favorecer empreiteiras a conseguir empréstimos com o BNDES. O objetivo era constrangê-lo com a eventual revelação de ter participado de castigos contra a própria mulher. Pela limitação do tamanho máximo deste trabalho, retornemos à questão das indicações.

3.4 Supremo privado

O que já era assustador, ganha traços de surreal com as revelações da campanha do Ministro Fachin à indicação à Corte, que inclui voos de cortesia nas asas de jatinhos da JBS, empresa cujo presidente foi flagrado em conversa com Michel Temer, afirmando ter 2 juízes no bolso. O assunto foi abordado por Luiz Felipe Barbiéri, em sua coluna de 25/06/17, no Portal 360:

³⁴ Portal G1, 2016

Ao ser indicado para o STF (Supremo Tribunal Federal), em 2015, Edson Fachin percorreu os gabinetes dos 81 senadores. Amigos ajudaram a marcar audiências e a dar suporte à candidatura. O contato com alguns senadores foi facilitado também por Ricardo Saud, do grupo J&F, a empresa dona da JBS-Friboi.

Ricardo Saud é um dos delatores do atual escândalo FriboiGate. Sua delação foi homologada por Edson Fachin. O executivo da J&F entregou mala com R\$ 500 mil de suposta propina ao deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR).

Procurado para comentar a reportagem, o ministro Fachin preferiu não se manifestar. O Poder360 apurou que empresários de vários setores da economia advogaram a favor de Fachin durante o processo de escolha do ministro do STF.³⁵

Essa matéria apresenta diversos problemas graves em poucas linhas, os principais são: Agentes da iniciativa privada a influenciar diretamente a escolha de ministro da mais alta corte brasileira, a relação íntima entre eles e, principalmente, o fato do ministro aceitar participar do julgamento de alguém que teve contribuição tão decisiva em sua carreira. Lembremos que o ministro Fachin homologou o acordo de colaboração premiada mais controverso e contestado, que garantiu punição praticamente zero a réus confessos, liberados inclusive para viajar ao exterior durante a instrução do processo.

Fatos como esses comprovam o elevado teor de politização do Supremo. Se não houvesse limitação na extensão deste trabalho, muitos outros poderiam ser mencionados, como a ligação em que o senador Aécio Neves pede que Gilmar Mendes influencie o voto de outro senador para tema em trâmite no senado. Não restam dúvidas da contaminação da corte e da necessidade de profundos ajustes para tornar o Brasil um país mais justo, que orgulhe seus naturais, em vez de envergonhá-los.

A transformação intelectual também deve mirar nos ministros do STF, que precisam de um câmbio na percepção do trato com a coisa pública, que tenham coragem de eliminar privilégios inaceitáveis no mundo corporativo, como férias de 60 dias, recesso do judiciário. Carmem Lucia chegou ao absurdo de antecipar um feriado de sábado para sexta para

³⁵ Balberi, Luiz Felipe, 2017

possibilita feriado emendado para seus membros. O Brasil precisa de trabalho, não há como descansar diante de tanta fome, analfabetismo, déficit habitacional e carências de toda sorte.

É fundamental refletirmos sobre os prós e contras de termos um modelo altamente aparelhado para evitar mínimas injustiças, que acaba desintegrando a visão coletiva de sociedade. Concluirmos se a sensação de injustiça não é muito mais destrutiva que eventuais falhas num garantismo cerrado.

CONCLUSÃO

Pesquisas de opinião expõem o descrédito das instituições políticas, o caos prolifera nas ruas e penitenciárias, relações sociais deterioram, é grave a crise de confiança, estamos doentes. O diagnóstico é patologia social, o ingrediente principal do cenário, a crise institucional é um efeito colateral da doença social. Os princípios ativos prescritos devem agir diretamente na dimensão subjetiva, estimular a reconstituição do tecido social, reativar a esperança coletiva em melhores dias. O meio é a transformação da consciência coletiva.

Atividades estatais se concretizam por interações humanas, natural serem refletidos nessas ações comportamentos sociais vulgares, principalmente na formação do bom senso dos agentes públicos. Moral é construção interna, varia de acordo com a interpretação individual da realidade e, conseqüentemente, da educação de cada um. Somos mais que 200 milhões a testemunhar desvios de dinheiro de merenda escolar, de próteses hospitalares, e consolidar visão negativa da coletividade e até da essência do indivíduo em si, algo muito arriscado. A percepção da natureza humana é fator determinante do modelo de governo adotado, vide contratualistas, cenários agressivos estimulam apelo à tirania, em busca de ordem. É crescente a parcela de brasileiros receptivos à ideia de governantes militares.

Trabalhar a percepção coletiva e estimular laços de confiança entre os indivíduos é fundamental para qualquer agrupamento de pessoas, mostra a ciência, só através da educação isso é possível. Este trabalho apoia-se em teorias científicas, como o gene egoísta, para demonstrar as inclinações humanas subconscientes, a exemplo da pesquisa comportamental, para diagnosticar os traços de psicopatia da nossa sociedade. A teoria dos jogos, para comprovar a tendência ao agravamento do cenário perde-perde, sem confiança mútua.

As mesmas teorias da ciência que ajudam nos diagnósticos também iluminam saídas efetivas. A pesquisa realizada com detentos classificados como psicopatas, ao concluir que, apesar de não terem identificação automática com o sentimento alheio, é possível estimular empatia, nos traz esperança de a psicopatia social brasileira poder ser superada com estímulos adequados. No mesmo sentido, Dawkins afirma que o homem é o único ser consciente de sua existência e que pode usar o intelecto para moderar os impulsos naturais não conscientes e determinar sua forma de vida pela lógica. Olhemos os exemplos dos países nórdicos, a Coreia do Sul com sua revolução educacional.

O zoólogo Matt Ridley, em sua palestra intitulada “Quando ideias fazem sexo”, apresenta sólidos argumentos que sustentam a beleza da vida comunitária, mostra como todos nos beneficiamos do trabalho colaborativo com fatos concretos. Num deles, apresenta situação hipotética em que Adam gasta 4 horas para produzir um arco e 3 horas para produzir uma seta e que Oz gasta 2 horas para produzir um arco e 1 hora para produzir uma seta. Calcula que se os dois resolverem colaborar, Adam produzindo 2 arcos e Oz produzindo 2 setas, ambos economizariam uma hora de trabalho em relação ao cenário em que atuam sós. Ridley também referencia outro brilhante estudo chamado “I Pencil”, de Leonard Read, que afirma que nenhum dos bilhões de humanos detém sozinho o conhecimento, muito menos capacidade, para fabricar um mero lápis. Não existe um super-humano que plante e corte árvores, as transporte, minere grafite, construa máquinas e cuide de todas etapas de produção. Fica claro o poder da mão invisível da colaboração, como podemos ir muito além de nossas capacidades individuais, o tamanho dos benefícios, quando decidimos colaborar.

Trabalho intelectual com amplitude promove mudanças imediatas nas gerações atuais, não deve estar restrito à escola, mas ser encampado pelos meios de comunicação em massa, concessões públicas que devem dedicar ao menos parte de suas atividades à construção efetiva de uma sociedade melhor. A população em geral interessou-se pela política, as mentes brilhantes da nossa comunicação que tem qualidade internacionalmente reconhecida, estão desafiados a inovar a linguagem de conscientização política, manter esse engajamento, tornar atrativo o tema. O enfoque da cobertura das eleições idem, é incompreensível, por exemplo, não haver debates relevantes entre candidatos ao senado, posição política estratégica no destino da população. O modelo concentra foco no executivo, só alimenta a eterna ilusão da chegada do próximo salvador da pátria, não há reforço de que a principal missão do eleitor é eleger um time tecnicamente capaz de gerir todas áreas do estado.

Esse movimento carecerá de competente coordenação institucional. O STF é um dos órgãos com posição natural de liderança através de sua função bastante visível de reforço prático dos valores compartilhados por nossa sociedade ao darem vida e voz à constituição do país. Seus exemplos são ingrediente básico da composição da percepção coletiva do que é justo ou injusto, aceitável ou não, nas relações entre os cidadãos, ao mostrar se as leis do país devem ser cumpridas por todos. Porém, não há como esquecer que há problemas, o supremo também mostra suas contradições, as lamentáveis brigas e bate-bocas, com graves acusações protagonizadas no plenário do Supremo.

Está evidente a necessidade também de uma abordagem objetiva da questão. A consciência do brasileiro precisa de transformação urgente para que a sociedade possa oferecer ao estado indivíduos mais capazes de pensar e agir coletivamente, está evidente. Por outro lado, as regras de funcionamento do Estado e instituições, incluídos os códigos de conduta dos agentes públicos, também precisam de adaptações que levem em conta a condição humana destes. As normas têm que levar em consideração a condição humana das autoridades, a dificuldade dos indivíduos em lidar com um poder quase ilimitado: grupo restrito de 11 pessoas responsáveis por décadas por todas as causas mais relevantes, envolvendo as autoridades mais poderosas do país. Mario Sergio Cortella aborda o tema de forma muito interessante em seu livro “Qual é a tua obra”:

“Todas as vezes que um general voltava de uma dura batalha com uma retumbante vitória, ele entrava na cidade de Roma...subia numa biga, se apoiava na lateral para ser aclamado pelo povo...atravessava toda a cidade de Roma até o senado, onde seria agraciado com a maior honraria que um general poderia receber naquela época...por lei, um segundo escravo acompanhava a biga a pé...a cada 500 jardas, ele tinha que subir na biga e soprar no ouvido do general a seguinte frase: “Lembra-te que és mortal”³⁶

Importante passo consiste na limitação da dimensão temporal do poder, matéria da PEC 35/2015, de autoria do senador Lazier Martins, fixar em 10 anos o prazo dos mandatos no STF, com 5 anos de inelegibilidade após o término do mandato. É igualmente indesejável uma sociedade policialesca, e de eventual instabilidade sistêmica, mas parece inadequado afastar qualquer suspeição relativa a ministro a priori, com base no argumento de que todos os ministros têm atuação independente e reputação ilibada, por vários motivos. Principal é a inviabilidade estatística desta afirmativa. Calculemos quais as probabilidades de políticos selecionarem uma amostra 11 pessoas, no seio de uma sociedade corrupta, cheia de iniquidades e privilégios, em que todos sejam honestos e comprometidos com a sociedade? E quando vem à tona que os responsáveis por suas indicações são réus acusados de crimes terríveis, ou estão presos, condenados por crimes similares? Por que seria o perfil do colegiado do STF tão diferente de uma amostra social aleatória? Os próprios ministros se acusam de irresponsabilidades a todo tempo. Na política há criminosos, mas na justiça não?

³⁶ Cortella, Mario Sergio, 2017, 68

Conforme contexto supergarantista da constituição de 88 apresentado, é simples embasar tecnicamente qualquer decisão jurídica, basta recorrer à permissividade intencional de dispositivos ou subverter a real intenção do legislador. Para retardar a necessidade de uma nova constituição, controles básicos contra desvios devem ser reforçados para facilitar a substituição de ministros em desalinho com os anseios sociais, é demolidor, difícil medir o impacto social do sentimento institucionalizado de injustiça. As primeiras palavras do pedido de afastamento do ministro Gilmar Mendes, Modesto Carvalhosa, autor do ilustre advogado, assustam:

Gilmar Mendes não está percebendo a gravidade de suas trapaças “políticas”. Está brincando com fogo, julgando-se superior a tudo e a todos. [...] devemos também lutar pelo impeachment de juízes que misturam política com justiça³⁷.

Para que os processos tenham andamento no modelo atual, é necessário que políticos afrontem seus potenciais julgadores, assim como o processo de indicação dos ministros depende da palavra final do presidente e aval do senado. Isso politiza a corte. A investigação de ministros deve poder ser solicitada pela OAB, se autorizada, mediante votação, por pelo menos 50% de seus membros ativos, forma de reduzir teor político do processo decisório. Os procedimentos ganham com participação qualificada dos advogados, conhecedores dos temas. Esse tipo de atuação não é exclusividade do ministro Gilmar, abaixo, palavras do senador Lazier Martins, reproduzidas pela Agência Senado:

Aliás, virou moda no Judiciário brasileiro desrespeitar as regras dos impedimentos para participar dos julgamentos. Vem acontecendo a toda hora, principalmente no STF, onde, há bem poucos dias, o ministro Toffoli concedeu a liberdade ao seu ex-patrão, José Dirceu - afirmou.³⁸

Lazier Martins é autor da PEC 35/2015, que propõe mudança do processo de indicação e no tempo de mandato para reduzir a politização da corte. Concordamos com o prazo máximo de 10 anos de mandato e com a importância de reparar o modelo de indicação dos ministros, desconcentrar o processo, hoje centrado na presidência da república. A PEC propõe que a lista tríplice seja elaborada pelos presidentes dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, pelo Procurador-Geral da República e pelo presidente do Conselho Federal

³⁷ Carvalhosa, Modesto, 2017

³⁸ Agência Senado, 2018

da Ordem dos Advogados do Brasil. Na minha opinião, à mesma forma dos pedidos de investigação, a OAB deve ter participação direta no processo, por meio da votação de todos seus membros em situação regular, não apenas formando a lista tríplice, mas fazendo a validação final do processo. A indicação política só se concretizaria com o referendo de mais de 50% dos votantes.

Com a inclusão de cidadãos no processo, correremos o risco da atuação populista dos juízes. Os juízes devem decidir de acordo com a lei, mas o viés da interpretação dos casos concretos deve levar em conta o perfil de sociedade desejado pela coletividade. A escolha da classe jurídica para o referendo destina-se a inserir viés técnico ao processo, misturado com visão social da atuação do judiciário. A situação do país é tão crítica que precisamos correr riscos na busca de um caminho intermediário, admitir que vivemos em uma comunidade muito atrasada em relação a americanos e europeus. Não é efetivo simplesmente copiarmos institutos estrangeiros, eles não são suficientes para alcançarmos a paz no hemisfério sul, temos de fazer tudo possível para interromper a destruição do tecido social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - REESE-SCHÄFER, W. Compreender Habermas. Tradução de: Vilmar Schneider. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 44-63, 83-105. Série Compreender.
- 2 - Habermas, J. (1987a). The theory of communicative action. Vol 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston, Beacon Press
- 3 - Dado Villa-Lobos / Marcelo Bonfá / Renato Russo - 1987
- 4 - MONTESQUIEU. “Do Espírito das Leis”. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1997.
- 5 - Dado Villa-Lobos / Marcelo Bonfá / Renato Russo - 1987
- 6 - Rawls, John, Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. Lua Nova. 1992, n.25, p. 43
- 7 - Migalhas, artigo “Reforma da Previdência: entenda como o envelhecimento da população afeta os cofres públicos”, por Ana Carolina Ianovali Pera, 27/01/2017
- 8 - BBC Brasil, artigo “Afiml, existe mesmo rombo na Previdência?”, por Mariana Schreiber, 02/11/2017
- 9 - Estado de São Paulo, artigo “Trabalhador cobre rombo de fundos de pensão” por Luciana Dyniewicz, 10/07/2017
- 10 - “Monitoring Trends in Violent Deaths”, Small Arms Survey
- 11 - Rawls, John, Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. Lua Nova. 1992, n.25, p. 43
- 12 - <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/05/04/nossas-putarias-tem-que-continuar-escreveu-sergio-cortes-a-empresario/>
- 13 - Moraes, Alexandre de. Direito Constitucional, 21ª ed. São Paulo: Atlas 2007. P. 385
- 14 - BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito. Trad. de Márcio Pugliesi. São Paulo: Ícone, 1995.
- 15 - KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Tradução de João Baptista Machado. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994
- 16 - John Rawls, Uma concepção kantiana de igualdade. In: Veritas. V. 52, nº1, Porto Alegre, mar., 2007, p. 108-119
- 17 - <https://www.oantagonista.com/internet/nenhuma-crianca-se-define-como-transgenero-a-midia-estimula-o-mercado-da-transexualidade/>
- 18 - Índice de Democracia Local
- 19 - Índice de Democracia Local

- 20** - Hobbes, Leviatã 1974, pag. 79 Coleção Os Pensadores 1ª edição, Editora São Paulo
- 21** - ROSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1997
- 22** - Atlas da Violência 2017
- 23** - Atlas da Violência 2017
- 24** - <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/04/brasileiros-confessam-suas-pequenas-corrupcoes.html>
- 25** - <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/04/brasileiros-confessam-suas-pequenas-corrupcoes.html>
- 26** - Gene Egoísta pg 9 – Tradução Rejane Rubino, 2007, Companhia das Letras
- 27** - Gene Egoísta pg 12 – Tradução Rejane Rubino, 2007, Companhia das Letras
- 28** - <https://osdivergentes.com.br/sergio-garschagen/a-bolha-populacional-esta-prestes-a-estourar/>
- 29** - DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 24ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 219-220
- 30** - FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 33 Ed. Ver. e at. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 137
- 31** - <https://istoe.com.br/renancracia/>
- 32** - <https://g1.globo.com/politica/noticia/politicos-comentam-decisao-do-stf-de-manter-renan-na-presidencia-do-senado.ghtml>
- 33** - Art. 101 da CFRB
- 34** - <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>
- 35** - Luiz Felipe Barbiéri, em sua coluna de 25/06/17, no Portal 360
- 36** - Cortella, Mario Sergio Qual é a tua obra?: Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética – Petrópolis, RJ : Vozes, 2017, pg 68
- 37** – Modesto Carvalhosa, Pedido Impedimento Gilmar Mendes, 2017
- 38** - <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120337>